

Resolução Política

11^a ASSEMBLEIA

Organização Regional do Porto

Reforçar o Partido, unir e lutar
pelos valores de Abril no futuro de Portugal!

6 de Dezembro de 2014 | Auditório do Instituto Superior de Engenharia do Porto



Resolução Política

11^a ASSEMBLEIA Organização Regional do Porto

Reforçar o Partido, unir e lutar
pelos valores de Abril no futuro de Portugal!

6 de Dezembro de 2014 | Auditório do Instituto Superior de Engenharia do Porto





ÍNDICE

I – Nota de abertura	7
1. Objectivos da Assembleia	7
2. Enquadramento e apreciação política do período desde a última AORP	7
3. Breve referência à situação internacional e nacional	7
II – Consequências dos 3 anos de pacto de agressão	
Breve caracterização económica e social do distrito	11
1. Direitos dos trabalhadores	11
2. Evolução do tecido produtivo	11
3. Evolução dos rendimentos do trabalho	12
4. Evolução do emprego/desemprego	12
5. Evolução social	13
6. Agricultura	13
7. Pescas	14
8. Comércio e serviços	14
9. Turismo	15
10. Serviços públicos	15
11. Extinção de freguesias e ataque ao poder local democrático	16
12. Transportes, acessibilidades, mobilidade	16
13. Juventude	17
14. Educação, ensino, investigação	17
15. Saúde	18
16. Cultura	19
17. Justiça	20
18. Comunicação Social	20
19. Sector Financeiro	21
20. Ambiente	21
21. Conclusão sobre a análise às consequências para o distrito dos 3 anos de pacto de agressão	21
III – Relatório de Actividades	23
1. Iniciativa política e partidária	23
2. Centenário de Álvaro Cunhal	24
3. Luta social	24
4. Intervenção institucional	28

5. Eleições	30
6. Organização do Partido	30
7. Apreciação ao cumprimento da Resolução da última AORP	34
IV – Reforçar o Partido, pelos trabalhadores, pelo povo, pela região	37
1. A região e a luta pela alternativa	37
2. Um Partido de luta com propostas	37
3. Desenvolvimento da luta dos trabalhadores	39
4. Movimentos associativos e sociais – luta das populações	40
5. Alargamento do trabalho unitário	41
6. Trabalho institucional	41
7. Próximos actos eleitorais	41
8. Partido	42
Anexos	49





I – NOTA DE ABERTURA

1. OBJECTIVOS DA ASSEMBLEIA

A 11ª Assembleia da Organização Regional do Porto (AORP) do PCP fará a apreciação ao cumprimento dos objectivos definidos na anterior Assembleia.

A partir da análise à evolução da situação política, económica e social da região e, em particular, às consequências de três anos de Pacto de Agressão definir-se-ão as propostas do Partido para a resolução dos problemas e para a melhoria da qualidade de vida dos trabalhadores e do Povo, no quadro da luta pela alternativa patriótica e de esquerda, em que o seu desenvolvimento e intensificação da luta pela ruptura com este rumo e o reforço das organizações e movimentos de massas assume papel central.

A 11ª AORP, que elegerá a próxima Direcção da Organização Regional do Porto (DORP), define ainda como objectivos o estabelecimento de linhas de trabalho prioritárias para o reforço da organização partidária e para a intervenção dos comunistas na região, enquadradas nos princípios e nas orientações gerais do Partido, com a Democracia Avançada e o Socialismo no horizonte.

2. ENQUADRAMENTO E APRECIAÇÃO POLÍTICA DO PERÍODO DESDE A ÚLTIMA AORP

Decorreram cerca de 30 meses desde a realização da última AORP do PCP. Período marcado pela aplicação do Pacto de Agressão assinado pelos partidos da política de direita (PS, PSD e CDS) com a cumplicidade do Presidente da República. Prossequindo e agravando as políticas anti-populares e de classe em benefício do capital e dos grandes grupos económicos, o governo PSD/CDS, apoiado numa maioria na Assembleia da República e numa intensa campanha ideológica, procedeu ao maior ajuste de contas com as conquistas emancipadoras e progressistas de Abril, num ataque sem precedentes à democracia nas suas múltiplas vertentes, conduzindo à degradação das condições de vida do Povo e a ataques aos rendimentos e aos direitos sociais sem paralelo na vida democrática nacional.

No plano institucional, foi um período ainda marcado pela realização das eleições para as Autarquias locais e para o Parlamento Europeu nas quais a CDU se reforçou no plano nacional e regional, alcançando maior influência, mais votos e mais mandatos.

A situação do País e da região degradou-se de forma significativa, um lastro de desemprego sem paralelo, milhares de homens, mulheres e famílias – muitos deles sem qualquer apoio social que são empurrados ou para a emigração ou para situações de exclusão – definhamento contínuo do aparelho produtivo, encerramento de milhares de pequenas e médias empresas do sector terciário, contínuo abandono das explorações agrícolas, em particular da pequena agricultura, agonia do sector pesqueiro. Um retrato de uma região e de um País que sofre na pele opções políticas de concentração e monopolização da economia e de uma crescente desigualdade na distribuição da riqueza produzida. Consequências de um processo que conduziu à maior transferência de recursos do trabalho para o capital jamais vista no nosso País.

Como resultados da aplicação do Pacto de Agressão durante 3 anos, no distrito, destacam-se mais de 224 mil trabalhadores desempregados, dos quais 153 mil sem qualquer apoio social; os 180 cortes de fornecimento de luz, por dia, às famílias do distrito; o ganho médio dos trabalhadores por conta de outrem é 188€ inferior à média nacional; dezenas de serviços públicos encerrados e 140 freguesias extintas; cerca de 200 mil utentes sem médico de família; mais de 100 mil crianças sem abono de família, dezenas de milhares de idosos e de crianças vivem abaixo do limiar da pobreza; mais de 200 escolas encerradas e milhares de jovens abandonaram ensino superior, essencialmente por dificuldades financeiras.

Mas foram também anos de resistência e combate, do Partido, dos trabalhadores e do Povo, resistência que não só criou entraves e limitações às aspirações do capital e do governo ao seu serviço, condicionando a sua margem de actuação, mas que significou um aumento da consciência de classe de largas camadas, de novas disponibilidades para resistir a este processo e avançar na construção de uma política e um governo patriótico e de esquerda, com os valores de Abril no futuro de Portugal.

O PCP, partido da classe operária e de todos os trabalhadores, soube estar na luta, denunciando os responsáveis pela situação em que a região e o país se encontram e afirmando a alternativa e a possibilidade de a construir.

3. BREVE REFERÊNCIA À SITUAÇÃO INTERNACIONAL E NACIONAL

A realidade com que Portugal está hoje confrontado – expressão de mais de 37 anos de política de direita, do processo de integração capitalista da União Europeia e da própria natureza da crise estrutural do capitalismo – reflecte o rumo de

declínio económico e retrocesso social que teve, primeiro com os PEC's do PS e depois com o Pacto de Agressão que PS, PSD e CDS assumiram com a União Europeia, o Banco Central Europeu e o Fundo Monetário Internacional, factores de forte acentuação e aceleração, de perda de soberania e que submetem o país às orientações do “directório” da UE e do grande capital.

O processo em curso de aprofundamento da União Económica e Monetária; as orientações da governação económica, do semestre europeu e da Estratégia 2020; o “Tratado Orçamental”, a União Bancária e o Mecanismo Único de Supervisão Bancária; o aprofundamento e alargamento do Mercado Único a novas áreas de lucro; as regras da condicionalidade macro-económica na atribuição de fundos Europeus recentemente aprovadas; a redução do, já de si irrisório, orçamento comunitário, constituem, no seu conjunto, na linha do que o Pacto de Estabilidade consagrava, um constrangimento quase absoluto ao desenvolvimento económico e social e à soberania. Significam uma tentativa de “naturalização” e institucionalização do “ajustamento”, ou seja, de tornar natural o que é, de facto, a utilização de mecanismos de exploração e de eternização da regressão social em curso na UE, um processo que tem como único objectivo servir os interesses dos grupos monopolistas e de prosseguir os apoios milionários à Banca.

O “Tratado Transatlântico de Comércio e Investimentos” (TTIP) que está a ser negociado entre a União Europeia e os EUA nas costas dos povos e que, se ratificado, significará um novo patamar no domínio do grande capital no espaço transatlântico, representando um novo desenvolvimento na ofensiva contra os direitos laborais e sociais, o ambiente, os serviços públicos e a soberania e independência nacionais.

Confirma-se a tendência de aprofundamento da crise económica e financeira mundial e de recessão económica dos principais países capitalistas, com o prosseguimento da política de apoio e financiamento ao capital financeiro e de fuga para a frente face às insanáveis contradições do sistema. Opções articuladas e apoiadas pelos centros do capitalismo e instituições ao seu serviço (OCDE, FMI, Banco Mundial, EU) que representam na prática mais do mesmo em relação às opções que conduziram à actual crise. Opções que visam restaurar as taxas de lucro ao capital, quer por via da intensificação da exploração do trabalho, pela destruição das forças produtivas, quer pela apropriação pelo capital de recursos e serviços públicos colocando-os na esfera do negócio, da especulação e da pressão imperialista. Por outro lado prossegue a resistência e a luta dos trabalhadores e dos povos e, apesar de dificuldades e contradições desenvolvem-se importantes processos de mudança progressista e transformação revolucionária, como na América Latina.

É neste contexto que se desenvolvem crescentes e perigosas agressões, promoções de grupos de cariz fascista e xenófobo, apoio à desestabilização da situação interna de diversos estados soberanos para justificar ingerências e intervenções externas de EUA, da União Europeia e da NATO, como é claro, designadamente no Médio Oriente ou na Ucrânia.





II – CONSEQUÊNCIAS DOS 3 ANOS DE PACTO DE AGRESSÃO BREVE CARACTERIZAÇÃO ECONÓMICA E SOCIAL DO DISTRITO

1. DIREITOS DOS TRABALHADORES

A aceleração do processo de recuperação dos privilégios perdidos pelo capital com a Revolução de Abril posta em prática pelos sucessivos governos da política de direita, sucedeu a nova escalada perpetrada pelo actual governo PSD/CDS, que conseguiu o velho objectivo da direita mais reacção de “um governo, uma maioria e um presidente”, contra os trabalhadores e o povo, contra a própria Constituição da República Portuguesa que diariamente viola, a pretexto da crise e do Pacto de Agressão, atacou os salários, as reformas e as pensões, os horários de trabalho, os direitos contratuais e legais, o pagamento do trabalho extraordinário e as folgas de compensação, introduziu os bancos de horas grupais e individuais, reduziu o valor da indemnização por despedimento, aumentou o número de dias de trabalho cortando ao número de feriados e dias de férias. Foi atacado o direito de contratação colectiva ao reduzir para 3 anos o tempo máximo de duração dos contratos livremente assinados entre as partes, prevendo ainda a suspensão da contratação colectiva desde que a “crise” o justifique!

As sete revisões do código do trabalho, nos cerca de 10 anos decorridos da sua publicação, desmentem os argumentos iniciais do patronato, governo e UGT, de que o Código de Trabalho serviria, não para cortar direitos mas para sistematizar toda a legislação laboral existente. Na verdade, o que visaram os acordos feitos entre governos, patrões e UGT, foi retirar direitos, reduzir salários, desregular os horários de trabalho, aumentar a exploração e o empobrecimento dos trabalhadores, generalizar a precariedade e aprofundar as desigualdades e as injustiças sociais.

Neste contexto, as grandes empresas recorrem de forma cada vez mais insolente à terceirização (“outsourcing”) generalizada de todo o tipo de funções, incluindo da sua actividade principal ou de funções especializadas que são fundamentais à manutenção dessa actividade (produção, manutenção, administração), como acontece na indústria e nos serviços. O facto de os serviços serem terceirizados é utilizado pelas empresas de recursos humanos como instrumento de pressão e chantagem sobre os trabalhadores, enquanto as empresas-mãe continuam a registar lucros de dezenas e mesmo centenas de milhões de euros, como é o caso de empresas como a Vodafone, a NOS, a PT/Meo, que praticamente não têm funcionários próprios. Esta é uma forma que tem empurrado vários milhares de trabalhadores do distrito do Porto, sobretudo jovens, para situações de grande precariedade profissional, económica e emocional.

Registe-se ainda um recurso crescente (imoral e de duvidosa legalidade) a trabalhadores em situações de desemprego (ao abrigo dos CEI's – contratos de inserção e emprego) no sector privado e no sector público. Por esta via, a entidade patronal serve-se da Segurança Social assegurando apenas o pagamento de 83,80€ por mês aos trabalhadores. Tudo isto num processo deliberado de abaixamento dos salários, eliminação de postos de trabalho, condicionamento da luta e pressão ideológica.

O mais recente “acordo” entre o governo PSD/CDS, o patronato e a UGT sobre o aumento do salário mínimo nacional é mais um exemplo do papel determinante que aquela organização tem tido na alienação e destruição dos direitos laborais e sociais. Uma vez mais a UGT tenta travar um aumento, justo e legítimo, dos salários de mais de meio milhão de trabalhadores portugueses, aceitando trocar uma “esmola” de 20€ por mês pela redução do pagamento patronal para a Segurança Social, beneficiando de um valor superior a 2 milhões de euros mensais!

2. EVOLUÇÃO DO TECIDO PRODUTIVO

O chamado Porto do trabalho e da indústria tem vindo a ser destruído há décadas por opções políticas contrárias aos interesses da região e do país. Os três anos de Pacto de Agressão – na sequência da política de direita e dos PEC's do governo PS – acentuaram este rumo. No período cujos dados estatísticos do INE permitem comparação¹, podemos verificar que continua a destruição de pequenas e médias empresas.

Apesar dos dados oficiais apontarem para um crescimento do número total de empresas, o que se verifica é uma redução das empresas de pequena e média dimensão e um crescimento das micro empresas (com menos de 10 trabalhadores), resultando um saldo global altamente deficitário em termos de emprego criado.

As empresas das indústrias extractivas existentes no distrito representam apenas 9% do total nacional. Apenas têm algum significado nos concelhos de Marco de Canaveses e Penafiel (essencialmente extracção de granito) já que no seu conjunto representavam, em 2011, 54,8% do total do distrito.

¹ A análise ao tecido produtivo da região é feita a partir dos dados oficiais por concelho mais recentes, publicados pelo INE no Anuário Estatístico da Região Norte de 2012 com dados relativos ao ano de 2011. O termo de comparação são os valores de 2009, os que foram considerados na última AORP.

Nas indústrias transformadoras, as empresas tiveram uma redução de 2,2%, valor inferior ao que se verificou a nível nacional.

Considerando as actividades das indústrias transformadoras com mais peso no distrito e o seu peso em cada um dos concelhos, verificamos situações de um peso claramente maioritário de alguns sectores em alguns concelhos. É o caso do sector têxtil em Santo Tirso (21,7%), ou do vestuário em Lousada (29,3%), Marco de Canaveses (31,5%), Penafiel (33,2%), Gondomar (37%), Lousada (38,4%) e Maia (28,3%); ou ainda as indústrias do couro e produtos do couro em Felgueiras (64,5%), as do fabrico de mobiliário e colchões em Paços de Ferreira (66,1%) e em Paredes (63,7%).

O peso das indústrias do couro e dos produtos do couro (calçado e afins) em Felgueiras e do fabrico de mobiliário e colchões em Paços de Ferreira e Paredes assume contornos de mono-indústria.

O número de empresas que entraram em situação de insolvência após o pacto de agressão subscrito pelas troikas em Maio de 2011 aumentou de forma acentuada, passando de 8,6% em 2011 para 49,6% em 2012 e para 61,7% em 2013.

Também nas insolvências se comprova que a crise se fez sentir de forma mais acentuada na região, onde as insolvências tiveram um ritmo mais grave com variações de 10,1% em 2011, 50,4% em 2012 e 62,3% em 2013.

Em suma, continua o processo de desindustrialização do distrito, com reduções mais acentuadas em Vila Nova de Gaia, Porto, Gondomar, Matosinhos, Maia e Paredes.

3. EVOLUÇÃO DOS RENDIMENTOS DO TRABALHO

Uma das consequências principais do Pacto de Agressão foi o agravamento da exploração, a intensificação da injustiça na repartição da riqueza e a centralização e concentração ainda maior do rendimento criado no grande capital. Esta realidade é comprovada a partir da análise do ganho médio dos trabalhadores por conta de outrem do distrito do Porto onde se destacam os baixos salários. Em 15 dos 18 concelhos do distrito há médias salariais inferiores ao nacional. Os oito concelhos da sub-região do Tâmega continuam, todos eles, nos índices mais baixos de remunerações, merecendo igualmente referência Gondomar e Santo Tirso.

Comparando os dados do Índice de Poder de Compra Concelhio verificamos que acima da média nacional estão apenas os concelhos de Porto, Matosinhos e Maia embora tenham sofrido um significativo decréscimo, bastante mais acentuado no caso do Porto. Abaixo de 75% da média nacional estão, por ordem decrescente de índice, Paredes, Felgueiras, Paços de Ferreira, Marco de Canaveses, Penafiel, Amarante, Lousada e Baião.

4. EVOLUÇÃO DO EMPREGO/DESEMPREGO²

O desemprego era, antes da aplicação do Pacto de Agressão, um dos mais graves problemas da região e do país. O plano de destruição e ruína assinado pelas troikas elevou este flagelo para índices dramáticos no distrito do Porto. Apesar da limpeza de ficheiro feita, o IEFP reconhece um aumento de 29.801 inscritos, corresponde a uma variação de 23,8%. No país, essa variação foi de 19,9%, portanto bastante inferior.

Analisando as variações a nível de concelho, os aumentos mais significativos aconteceram em Matosinhos, 53,7%, Paços de Ferreira, 51,2%, Porto, 47,6% e Penafiel, 43,7%. Com variações acima de 30% encontram-se, também, os concelhos de Gondomar, Lousada, Maia, Marco de Canaveses e Paredes. No que respeita à diminuição do número de inscritos, em Felgueiras foi de 14,1% e em Santo Tirso de 8,2%, sendo residuais as que se verificaram na Póvoa de Varzim e Trofa.

Levando em consideração os últimos dados publicados pelo IEFP, referentes ao mês de Agosto e, portanto, afectados pelo factor da sazonalidade, constata-se que, relativamente a Maio de 2011, no distrito do Porto se verificou um aumento de inscritos nos centros de emprego de 22,9% enquanto no país foi de 17,6%.

No que respeita ao desemprego dos jovens com menos de 25 anos, comparando os dados de Maio de 2011 com os do mesmo mês deste ano, temos que se verificou um aumento do número de inscritos nos centros de emprego no distrito de 35,5% enquanto no país foi de 24,4%. Portanto, o acréscimo no distrito foi muito mais acentuado.

No que respeita às variações a nível de concelhos, há a sublinhar os aumentos em Matosinhos, 102,4%, Paços de Ferreira, 92,1%, Paredes, 66,1%, Marco de Canaveses, 55,9% e Porto, 54,9%. Felgueiras e Baião registaram diminuições, no primeiro caso de 20,7% e no segundo de 9,5%.

² Os dados que suportam a análise deste importante tema não espelham a realidade do desemprego existente no distrito mas, apenas, a evolução verificada no número de inscritos nos centros de emprego. A realidade é bem mais amarga do que os números do IEFP mostram. Serão considerados os valores do IEFP relativos a Maio de 2011, quando foi assinado o pacto de agressão, Maio de 2014, último mês homólogo e Agosto de 2014, dados mais recentes publicados.

A consulta aos dados das prestações de desemprego pagas pela Segurança Social permite verificar que no início do pacto de agressão, 45,7% dos inscritos em centros de emprego do país não recebiam qualquer prestação de desemprego sendo que no distrito esse valor era de 48,4%.

As políticas de desprotecção social da responsabilidade da troika nacional agravaram esta situação, que já era bastante grave, já que, em Julho último, passou a ser no país de 48,9% e no distrito de 53,6%. Isto é, mais metade dos desempregados inscritos nos centros de emprego do distrito não beneficia de qualquer prestação de desemprego.

No entanto, a realidade do desemprego é bem mais dramática. Sucessivos governos têm definido critérios de contabilização de desempregados que, na prática, apenas visam retirar da contabilidade oficial pessoas que estão desempregadas. O número real de desempregados no distrito é superior a 224500. Este valor agrega os desempregados assumidos pelo IEFP e os restantes desempregados que são “apagados” dos dados oficiais com o objectivo de ocultação da dimensão real deste flagelo.

Assim, na realidade, 24% dos trabalhadores estão em situação de desemprego, sendo que destes apenas 71300 recebem subsídio de desemprego. Ou seja, há no distrito do Porto mais de 153000 desempregados que não recebem subsídio de desemprego nem subsídio social de desemprego!

Tal como na destruição do aparelho produtivo, também na destruição de postos de trabalho o Pacto de Agressão teve consequências mais drásticas no distrito que no país.

5. EVOLUÇÃO SOCIAL

A destruição de parte significativa da indústria aliada a carências estruturais existentes no distrito repercutiu-se no agravamento das desigualdades e fragilidades sociais, tornando mais visíveis as consequências da política anti-patriótica e anti-social que as troikas (estrangeira e nacional) aplicaram durante estes três anos. As desigualdades sociais agravaram-se de forma brutal no distrito do Porto, onde os salários e as pensões e reformas já tinham níveis inferiores à média nacional e as carências em equipamentos sociais e colectivos era elevada, com particular destaque no interior e nalgumas zonas suburbanas. A proliferação de baixos ordenados e reformas, salários em atraso, sucessivos cortes salariais, pensões e prestações sociais, o aumento do desemprego de famílias inteiras, a crescente dificuldade de acesso a diversos serviços públicos por encerramento, privatização ou preços mais elevados, os aumentos das rendas de casa, conduziram à emigração forçada de quem o pôde fazer e ao empobrecimento generalizado de vastas camadas da população, incluindo camadas médias de trabalhadores e de pequenos empresários e agricultores.

A realidade social do distrito é hoje muito diferente, com uma população mais idosa (dado que a emigração recente se deu sobretudo nos jovens), com muito maiores carências, crescentes dificuldades em ir ao médico ou à farmácia, em manter a ligação da água ou da electricidade, em aceder à cultura ou à educação de níveis mais elevados, com a fome e a miséria a alastrarem, incluindo de pessoas que trabalham e são sujeitas a autêntica escravatura, como é visível no crescimento da percentagem de pessoas a recorrer a apoios de organizações assistencialistas, que cada vez têm maiores dificuldades em responder a todas as solicitações, por estar a ser destruída a política pública de protecção social e de redistribuição equilibrada da riqueza produzida. Por isso, continua a verificar-se também nesta região o reforço de algumas grandes fortunas, enquanto camadas cada vez maiores da população retornam para níveis de pobreza insustentáveis e algumas a modos de vida que recuam à idade média num quadro de dificuldades extremas como se comprova, por exemplo, pelos 180 cortes diários de fornecimento de energia eléctrica às famílias do distrito, na esmagadora maioria das situações por razões de carência económica, que a DORP denunciou.

Neste campo, destaque-se que, foi quando as condições de vida dos portugueses mais se agravaram que as prestações sociais tiveram uma quebra acentuada. O Rendimento Social de Inserção e do Complemento Solidário para Idosos, são exemplos significativos do que este governo tem desinvestido nesta componente social, piorando, ainda mais, as já precárias condições de vida de muitos milhares de portugueses. Mas esta quebra, significativa em todo o país (-33,5%), foi ainda mais drástica no distrito do Porto (-43,3%).

A insistência do governo em promover o recurso crescente ao assistencialismo, enquanto destrói sistemas públicos de apoio social e de redistribuição de recursos, visa mais agravar dependências, fragilizar situações sociais e criar condições para o agravamento da exploração, designadamente pela via de relações de trabalho cada vez mais precárias.

O abandono e desprotecção de camadas da população mais carenciada teve ainda expressão com o encerramento do Centro de Protecção Contra os Riscos Profissionais, que fazia o acompanhamento de utentes com doenças profissionais, deixando o distrito sem resposta para estas pessoas.

6. AGRICULTURA

Apesar da propaganda governamental que procura caracterizar a situação do sector agropecuário, como positiva – em contra-ciclo com a contracção da economia nacional – a realidade é outra, marcada pelo agravamento de défices estruturais e pela discriminação da agricultura familiar em prol da agro-indústria ou, pelo menos, de alguns dos seus sectores.

O Ministério da Agricultura – em estreita articulação com a CAP – canaliza todos os apoios públicos para um modelo de agro-negócio insustentável, que oscila entre a exploração intensiva e destruidora dos recursos naturais – em particular da área florestal – e a ausência de produção dos grandes proprietários que recebem apoios para manter a terra por cultivar.

No distrito do Porto, as injustas imposições fiscais aos pequenos agricultores, a redução dos apoios à agricultura familiar constantes do novo Plano de Desenvolvimento Rural e Política Agrícola Comum, a revisão da Lei dos Baldios, a que acresce o anunciado fim das quotas leiteiras, causaram ou vão causar, um profundo impacto negativo num sector penalizado a montante pelo elevado custo dos factores de produção – determinado pela especulação das empresas multinacionais – e “esmagado” a jusante pela todo-poderosa grande distribuição em matéria de definição de preços.

As consequências desta política agrícola estão à vista: maior concentração da produção; diminuição do tecido social agrícola que atinge particularmente as pequenas explorações; aumento do desemprego e da desertificação do interior do distrito; maior degradação ambiental.

Perante a ausência de resposta aos problemas existentes, a opção do Governo parece ser a “fuga para frente” associada à promoção do “milagre” da agricultura, na forma do apoio à instalação de jovens agricultores, regra geral em sectores definidos arbitrariamente, com base em “modas” – como a produção de mirtilos ou frutos vermelhos – deixando-os depois entregues à sua sorte.

Neste contexto, a aplicação de medidas que apoiem a agricultura familiar e permitam o escoamento da sua produção – tais como a revitalização dos mercados locais – e a defesa dos interesses nacionais postos em causa pelas normas europeias e pela grande distribuição, só será possível através do reforço do movimento camponês e da luta em defesa da produção nacional, que desempenha um papel determinante no futuro do mundo rural. Refira-se ainda que, apesar de registar um aumento de consumidores, a agricultura biológica não tem a atenção merecida.

7. PESCAS

O problema central que hoje se vive na pesca continua a ser os parcos rendimentos, fruto não só dos preços de primeira venda (pagos ao pescador), absurdamente baixos e dos custos de produção, nomeadamente combustíveis a preços incomportáveis.

Nos últimos anos, e de forma mais grave no ano corrente, acresce a ausência de sardinha na nossa costa e a qualidade insuficiente da pouca que é retirada, espécie principal de captura da pesca do cerco.

Estes factores (preço de primeira venda baixo, custos de produção altos e escassez de pescado) colocam o sector em situação dramática, com embarcações endividadas e próximas da falência, com pescadores sem rendimento durante meses.

Fruto das condições meteorológicas e do Assoreamento dos Portos, designadamente em Vila do Conde, Angeiras e Póvoa de Varzim, mas também da impossibilidade de pesca face à ausência de pescado muitas embarcações ficam longos tempos sem laborar. O fundo de compensação salarial que deveria fazer face a estas situações é claramente insuficiente, existindo ainda problemas de certificação da inactividade, nomeadamente quanto à morosidade do processo e aos altos custos de certificação.

Continuam a ser insuficientes os apoios ao gasóleo e inexistentes os apoios à gasolina, combustível utilizado na pesca artesanal, os pescadores pagam assim a gasolina ao preço dos restantes consumidores, incomportável para esta actividade.

Acresce ainda a recente interdição da pesca da sardinha, com o esgotamento da quota ibérica da captura sem que tenham sido asseguradas condições compensatórias que permitissem a subsistência para quem vive da pesca.

Este sector, que deveria ser considerado estratégico para a economia nacional, num país que possui a maior zona exclusiva marítima da Europa, tem sido alvo de opções políticas que conduzem ao seu desmembramento. A desastrosa Política comum de pescas, subordinada aos interesses da grande indústria da pesca e aos grandes distribuidores, o abate de embarcações em detrimento da modernização de frota, portos e estruturas de apoio, a recusa de apoios e o encarecimento dos factores de produção e o esmagamento dos rendimentos da pesca, são opções deliberadas que procuram libertar o nosso mar da pesca artesanal e costeira entregando-a à pesca industrial, com fortes ligações aos grandes grupos económicos.

Considerando as condições do nosso país, a actividade da pesca deveria apresentar um saldo positivo nas trocas comerciais mas tal continua a não acontecer conforme o comprovam os dados do ano passado em que se verificou um défice de quase 700 milhões de euros. Não se estranha que, perante a realidade existente, muitos pescadores encontrem na emigração a solução para os problemas que lhes são colocados.

8. COMÉRCIO E SERVIÇOS

O Sector do Comércio e Serviços constitui um conjunto económico de grande relevância para o desenvolvimento da região. Todavia, vem perdendo a sua influência, particularmente no concelho do Porto. O surgimento e desenvolvimento

das chamadas grandes superfícies (desde 1985) na área do Grande Porto não foram compensados com uma estratégia de recuperação do parque habitacional e comercial nos centros das cidades que, a ter ocorrido, constituiria um elemento de promoção do desenvolvimento do aparelho comercial regional. Assim, acentua-se de forma grave o desequilíbrio e a complementaridade entre o comércio tradicional (maioritariamente micro empresas ou empresas familiares) e os novos tipos de comércio (maioritariamente associados a grupos económicos).

Por outro lado a desregulamentação do exercício da actividade comercial, designadamente no que respeita aos períodos de funcionamento dos estabelecimentos comerciais e de prestação de serviços, cria graves desigualdades e desequilíbrios concorrenciais.

Na actual situação, decorrente das políticas que vêm sendo desenvolvidas, verificou-se uma trágica quebra dos rendimentos do trabalho e das pensões com reflexos directos nos volumes de consumo, de que resultou um agravamento ainda maior da actividade comercial.

Apesar de, no distrito, ter aumentado 0,1% o número de empresas do comércio nos últimos 3 anos, o saldo quanto aos postos de trabalho é claramente negativo, tendo as insolvências e cessações de actividade conduzido à redução de perto de 40.000 postos de trabalho.

Pode afirmar-se que historicamente o comércio assumiu uma importância fundamental na vida económica e social da região, mas importa salientar que existe hoje uma situação que projecta o sector para uma grande incerteza e insegurança no futuro.

9. TURISMO

Com importância crescente na economia da região, o turismo é comumente apresentado como solução ideal para compensar os défices e quebras da nossa estrutura produtiva. A evolução positiva que a região do Porto tem tido nesta área, reflectida no acréscimo de movimentos de transportes terrestres, aéreos e marítimos ou fluviais, da actividade de restauração, hotelaria e do comércio em geral, não apaga entretanto a política que ao nível do governo como de muitas das autarquias, é prosseguida e acentuada: favorecimento dos interesses dos grandes grupos económicos (de que a imposição de PINs – Projectos de Interesse Público, são exemplo) contra apoios aos micro e pequenos empresários do sector, a manutenção de baixos salários e precariedade nos trabalhadores ou a ausência de planeamento na requalificação e exploração de recursos naturais e patrimoniais existentes.

2014 foi o ano em que a cidade do Porto foi distinguida com o prémio de melhor destino turístico da Europa, aumentando significativamente o fluxo durante o verão e prolongando o próprio período considerado de “época alta”. Mas o que fica por dizer é que este “melhor destino europeu” é sustentado à base de precariedade, falsos recibos verdes e recurso a empresas de trabalho temporário e estágios não pagos.

10. SERVIÇOS PÚBLICOS

O ataque aos serviços públicos que tinha vindo a ser desenvolvido há muitos anos pelos diversos governos dos partidos da política de direita acentuou-se com os PEC's do governo PS e, ainda mais, com a aplicação do pacto de agressão pelo governo PSD/CDS-PP em que ficaram claros os objectivos de cortar aos serviços públicos para transferir recursos para o sistema financeiro e, por outro lado, colocar na esfera do negócio e do lucro as funções sociais do Estado. Esta opção leva a degradação dos serviços públicos, à lógica do utilizador pagador (como se os impostos não fossem para isso mesmo) e ao crescimento das desigualdades sociais entre quem tem possibilidades ou não de ter Saúde, Educação, Justiça...

A educação, a saúde e a justiça foram dos principais alvos, mas outros houve que não ficaram imunes como os transportes públicos, os estabelecimentos integrados, os lares e os infantários da segurança social, os correios as repartições de finanças e os balcões da Caixa Geral de Depósitos.

Na Educação, continuou o processo de encerramento de escolas (com o encerramento de cerca de 200 escolas públicas do distrito nos últimos 3 anos), a degradação das condições de ensino com o aumento de alunos por turma, a falta de professores de educação especial e de psicólogos escolares e a carência de funcionários, frequentemente substituídos por inscritos nos centros de emprego sem formação específica e colocados por períodos muito curtos. Este comportamento enquadra-se no ataque mais geral à Escola Pública tendo como objectivo a entrega, em larga medida, ao sector privado. O processo de municipalização da Educação, que o governo pretende impor já este ano, é uma nova escalada no ataque à Escola Pública, na desresponsabilização do Estado e no agravamento das desigualdades e injustiças.

Na Saúde, o encerramento de unidades de saúde, a redução de horários de funcionamento, a retirada de valências a diversos hospitais transferindo-as para outros situados a dezenas de quilómetros com evidentes prejuízos para a população a falta de médicos e enfermeiros e a carência de meios materiais vêm contribuindo para a degradação da qualidade do serviço prestado. O Serviço Nacional de Saúde está cada vez mais em causa ao mesmo tempo que são criadas melhores condições para a intervenção dos grandes grupos financeiros e das misericórdias.

Na Justiça, com o desinvestimento, transferência de competências de tribunais centralizando-as em outros e criando dificuldades ao seu acesso pela população, agravado pelo aumento das taxas de justiça, a falta de funcionários e o escândalo do programa informático CITIUS têm vindo a constituir um grande contributo para o desprestígio duma área que é vital para o regime democrático do país.

Os transportes públicos, designadamente as empresas METRO e STCP, estão na calha para serem privatizadas segundo os objectivos do governo. A degradação do serviço prestado nesta última visa criar um ambiente junto da população que crie condições mais favoráveis à a citação do objectivo pretendido. Também os CTT foram privatizados, mas antes disso o governo encarregou-se de encerrar várias estações contra a vontade das populações e dos trabalhadores. Quis limpar o caminho.

11. EXTINÇÃO DE FREGUESIAS E ATAQUE AO PODER LOCAL DEMOCRÁTICO

Propagandeando a realização de uma “Reforma Administrativa” e escudando-se nos “compromissos com a troika” o governo PSD/CDS desencadeou um vigoroso ataque ao poder local democrático, sendo que a única reforma administrativa que realizou foi a extinção de freguesias (Lei n.º 11-A/2013, de 28 de Janeiro sobre Reorganização administrativa do território das freguesias) que levou à extinção de 140 freguesias do distrito do Porto. A esta extinção de freguesias juntou-se, posteriormente, a extinção da Assembleia Metropolitana do Porto, o que empobreceu a participação democrática e foi acompanhado de uma brutal diminuição de instituições públicas (escolas, unidades de saúde, postos dos CTT, serviços de finanças, tribunais...). Também no distrito do Porto, o PCP opôs-se a esta destruição de instituições democráticas e de serviços públicos, continuando a lutar pela reposição das Freguesias, de todos os serviços públicos e pela regionalização.

O congelamento da regionalização tem impedido a descentralização administrativa e dificultado a participação democrática das populações e dos autarcas da região na elaboração e execução de um plano de desenvolvimento regional integrado e de um aproveitamento mais adequado, justo e progressista dos escassos meios financeiros disponíveis, incluindo comunitários.

12. TRANSPORTES, ACESSIBILIDADES, MOBILIDADE

Os problemas estruturantes no sector dos transportes e acessibilidades não tiveram a resolução prometida, não se tendo verificado qualquer investimento público de significado na melhoria da eficácia e eficiência dos transportes públicos da região, com o atraso no alargamento das linhas do metro, a electrificação da rede ferroviária e o alargamento da STCP. As ameaças de privatização da STCP e a incerteza relativamente ao processo do Metro, da EMEF, da Refer e da CP vão dificultar a mobilidade na região, a qual já foi também profundamente afectada com a proliferação de portagens, designadamente nas ex-Scuts, e o aumento dos preços dos bilhetes e passes, redução e extinção de carreiras, o que continua a ser muito contestado pelas populações da região que se sentem profundamente atingidas por mais este travão ao desenvolvimento económico e social. A intenção deste governo de privatização da EMEF, empresa certificada e altamente qualificada para a reparação, manutenção e fabrico de material circulante ferroviário, é não só, mais um rude ataque ao sistema produtivo nacional e aos direitos dos trabalhadores, como também colocará em causa a fiabilidade do material circulante, o conforto e segurança dos passageiros, incluindo do Metro do Porto.

Em grande parte destes casos, os passes não podem ser combinados com os das outras operadoras, aumentando ainda mais o valor total dos mesmos. Em concelhos como Gaia ou Maia e na maioria dos concelhos do interior do distrito, freguesias há em que pura e simplesmente não existe nenhum operador de transportes colectivos, seja ele público ou no privado, indo claramente contra o direito de mobilidade consagrado na CRP.

Neste sentido, é de destacar a luta dos estudantes contra o fim do passe social que, desde a última assembleia, marcou a luta da juventude da região que, não conseguindo fazer com que o Governo voltasse atrás no corte deste apoio, fez com que a Metro do Porto se responsabilizasse e assumisse a sua manutenção.

No quadro do ataque em curso aos transportes públicos, destaque-se a operação que vários autarcas comprometeram com a política de direita promoveram em torno da chamada municipalização dos transportes públicos, procurando apresentar-se como defensores das empresas e da região, ao mesmo tempo que dão cobertura à privatização em curso pela mão do governo.

A maioria da população e do território do distrito continuam a ser servidos por operadores privados que praticam preços mais elevados e com horários muito mais escassos, na maioria das situações limitados duas ou três passagens por dia.

Do ponto de vista das acessibilidades rodoviárias, ainda não saíram do papel o IC35 ou a variante à EN14, degradou-se o conjunto das vias rodoviárias do distrito, por não assunção de responsabilidades por parte da administração central, ou incapacidade de muitas autarquias por via do estrangulamento financeiro com que estão confrontadas.

13. JUVENTUDE

A Juventude vê atacados os seus direitos em inúmeras esferas da sua vida: no trabalho, na escola, no acesso à cultura, à saúde, ao desporto, aos transportes e à habitação. Em síntese, a juventude viu agravar ofensiva contra o direito a ser feliz no seu país.

Aumentou a exploração e o empobrecimento de largas camadas da juventude, ao mesmo tempo que o desemprego jovem continuou a aumentar para valores recorde. A precariedade, como ante-câmara do desemprego e facilitadora da exploração, generalizou-se com tendência por parte das políticas dos sucessivos governos e do patronato a tornar-se uma realidade imposta a milhares de jovens trabalhadores. Particularmente fustigada por estas políticas a juventude vê-se cada vez mais empurrada para a emigração forçada para no estrangeiro procurar aquilo que viu negado em Portugal.

No acesso à educação em todos os graus de ensino se têm feito sentir as políticas de elitização, com o aumento dos custos de frequência e a diminuição dos apoios sociais. É a transferência dos custos com a educação para os estudantes e suas famílias. Ao mesmo tempo acentuam a divisão do sistema do ensino entre vias mais técnicas e profissionais e vias mais científicas, as primeiras para os filhos dos trabalhadores que não têm condições económicas para pagar as segundas.

No mundo do trabalho, como no ensino, tem aumentado por parte do Governo e do patronato o recurso aos estágios como mão-de-obra gratuita ou semi-gratuita, não dando perspectivas de futuro à juventude, como é o caso dos estágios profissionais, que tanto proliferam entre os jovens até aos 30 anos, que mais não são que um método de transferência de dinheiros públicos para mãos privadas, uma máscara para esconder os verdadeiros dados do desemprego jovem e, como é óbvio, falhando em toda a linha na sua função de integração permanente nas empresas. Quando em simultâneo propagandeiam o “empreendedorismo” e o “voluntariado” para por um lado retirar perspectivas de transformação colectiva da sociedade e por outro transferir para a responsabilidade individual de cada um o que cabe ao Estado e à sociedade garantir: condições para trabalhar com direitos no seu País.

14. EDUCAÇÃO, ENSINO, INVESTIGAÇÃO

Na região têm-se feito sentir as principais consequências do ataque à Escola Pública, pondo em causa a garantia do direito constitucional à educação gratuita e de qualidade para todos os portugueses. Destaca-se o aumento dos custos com a educação para as famílias, o desinvestimento do Estado no âmbito da acção social escolar e ainda o continuado condicionamento da oferta educativa em função de uma opção elitista e de classe, bem como a acentuação da desvalorização dos salários e pensões de reforma de trabalhadores docentes e não docentes, o agravamento da deterioração das suas condições de trabalho, a agudização do desemprego e da precariedade para esses mesmos trabalhadores.

Hoje a escola deixou de ter um órgão de gestão democrático, continua com uma avaliação de desempenho docente e não docente subjectiva, punitiva e não formativa. A qualidade do ensino nas escolas públicas é posta em causa, como podemos constatar pelo elevado número de alunos por turma, pela enorme redução do número de professores e psicólogos escolares, pela falta de assistentes operacionais, pela destruição da escola inclusiva, entre outros aspectos, como o encerramento de escolas e a criação dos mega-agrupamentos. Em situação ainda mais difícil estão os alunos com necessidades educativas especiais, designadamente pela falta de professores e de auxiliares.

A chamada municipalização do ensino, insere-se na estratégia de colocar a escola pública a funcionar com serviços mínimos, menos professores, menos assistentes operacionais, sendo muitos deles incentivados a sair do sistema de ensino através de indemnizações pagas por todos os portugueses, visa preparar a escola pública para a privatização.

Na **educação pré-escolar**, regista-se na região um aumento da taxa bruta de escolarização de 7,4%. Apesar desta evolução, os municípios de Amarante e Baião exibiram decréscimos neste indicador.³ Invertendo a tendência de anos anteriores, o número total de estabelecimentos de ensino pré-escolar teve uma quebra no país, na região Norte e no distrito do Porto.

Ao invés, a taxa bruta de escolarização no **ensino básico e no ensino secundário** apresentam quebras entre os anos lectivos analisados, com destaque negativo para o secundário, cujo decréscimo atinge os dois dígitos percentuais, tanto em Portugal (-14,6%), como na Região Norte (-13,6%) e no distrito do Porto (-15,5%). No ensino básico os valores não são tão baixos mas são todos negativos, com o distrito do Porto a ostentar uma quebra de 6,4%.

Em sentido totalmente inverso ao sucedido em anos anteriores, a taxa de retenção e desistência no ensino básico subiu significativamente no período considerado, com um aumento de 41,7% no distrito do Porto, onde há concelhos a apresentarem subidas extremamente elevadas, como são Baião (+152,7%), Felgueiras (+75,0%) e Póvoa de Varzim (+54,7%).

No que toca à taxa de transição/conclusão no ensino secundário, os valores são muito similares nos dois anos lectivos analisados, com o distrito do Porto a ter uma ligeira subida de 0,5%.

³ Em comparação estão os anos lectivos de 2008/2009 e 2011/2012, último ano relativo ao qual existem dados estatísticos oficiais.

No ensino básico a política de encerramento de centenas de escolas desenvolvidas pelo governo PSD/CDS (na sequência do que havia feito o governo PS) levou à previsível redução do número de escolas. No entanto, convém salientar que, neste nível de ensino as quebras situam-se apenas no sector público, pois no sector privado sobe o número de estabelecimentos de ensino, com relevo para o distrito do Porto, com um acréscimo de 3,9%. Uma prova do que há muito vimos denunciando. Relativamente às condições materiais, são muitas as escolas a precisar de obras urgentes. Sobre as condições humanas faltam num grande número de escolas professores, funcionários e psicólogos.

Em todo o sistema educativo tem-se aprofundado o caminho da elitização e divisão em duas vias, a via “geral” (com acesso aos mais elevados graus de ensino) e via profissional e técnica que o governo tem utilizado para afastar do acesso ao ensino superior jovens de famílias mais carenciadas ou com maiores dificuldades de aprendizagem.

Com o argumento de promover a resposta às “necessidades do mercado de trabalho”, o ensino técnico e profissional não tem a valorização e o papel que deveria ter na região, integrado numa estratégia de desenvolvimento sustentado, sendo em muitas situações utilizado para colocar estudantes estagiários a assumir funções permanentes, sem custos para a empresa.

No **Ensino Superior** são também cada vez mais visíveis as consequências das políticas deste governo. Os Orçamentos de Estado de 2013 e 2014 deixaram as duas maiores instituições do distrito (Universidade do Porto e o Instituto Politécnico do Porto) numa grave situação financeira, comprometendo o seu normal funcionamento e continuando a passar progressivamente para os estudantes e suas famílias a responsabilidade do seu financiamento. Fruto dos cortes orçamentais, o direito à educação gratuita e de qualidade está a ser negado de forma cada vez mais evidente: com a manutenção da existência das propinas e o aumento do seu valor, a manifesta insuficiência das respostas de apoio social, o aumento dos custos dos transportes, o aumento do número de alunos por professor e a degradação das instalações. Há cada vez mais jovens a desistir de estudar, e muitos que nem chegam a começar.

Mais recentemente, pretende-se ainda “vender”, no âmbito do ensino superior politécnico, pretensas formações superiores sob a forma dos chamados cursos superiores especializados de curta duração (dois anos). Apesar da oposição das escolas de ensino superior, estes cursos começaram já a funcionar por imposição da tutela.

A extinção do financiamento plurianual das **unidades de investigação** da FCT e a sua substituição por um modelo de financiamento por projecto, a drástica diminuição das condições e montantes de financiamento dos projectos de investigação, a redução do número de bolsas de pós-graduação atribuídas anualmente, e a recente encomendada farsa em forma de processo de avaliação das unidades de investigação e os seus muitos aspectos de escandalosa falta de transparência. Estas opções do governo põem em causa a continuidade de 9 centros de investigação da região, com consequências ao nível da investigação na linguística, das letras, da comunicação, da farmacologia, do desporto, das belas artes, da multimédia.

Tal situação obteve da parte do conjunto da comunidade científica uma resposta de profunda indignação. Os bolseiros responderam a estas medidas também com a realização do maior protesto de sempre da comunidade científica, em 21 de Janeiro de 2014, numa acção convocada pela Associação de Bolseiros de Investigação Científica (ABIC).

Apesar do governo não divulgar números sobre o abandono escolar, é reconhecido por escolas e universidades que o abandono escolar e os rendimentos escolares mais baixos de alguns alunos estão relacionados com dificuldades económicas. Também assim se evidenciam as consequências do aumento dos custos de frequência do ensino para as famílias e a insuficiência de resposta da Acção Social Escolar aos mais diversos níveis de ensino. A título de exemplo, refira-se que a Universidade do Porto, com cerca de 30 mil alunos, apenas atribuiu 7 bolsas máximas no último ano lectivo e que muitas centenas de alunos que solicitaram apoio, por carências económicas, não tiveram acesso.

15. SAÚDE

Com o falso argumento da necessidade de cumprir memorando da troika, o governo promoveu cortes drásticos no Orçamento da saúde, aliados a uma perspectiva de encaminhamento de parcelas significativas para o sector privado e provocando a diminuição do acesso aos cuidados de saúde, a qualidade dos cuidados prestados, degradação do ambiente de trabalho, comprometendo o futuro dos serviços pela perda de trabalhadores experientes e precarizando os poucos que entram.

Destacam-se os inúmeros encerramentos de valências, numa lógica de acentuação da estratégia da política de direita e de continuação do caminho já percorrido por anteriores governos do PS, entregando a Misericórdias, IPSS e outros privados, importantes Serviços Públicos como o Centro de Reabilitação do Norte.

Mas as dificuldades e carências (materiais e humanas) com que se trabalha nos Hospitais e Centros de Saúde têm-se agudizado, levando inclusive ao encerramento de enfermarias e à redução forçada do horário de atendimento em unidades de saúde, com consequentes aumentos das listas de espera para consultas, exames de diagnóstico, cirurgias e outros tratamentos, congestionamento dos serviços de urgência, deixando vários serviços no limiar da ruptura, actuando permanentemente em “serviços mínimos”, situação que só não é mais grave pelo recurso desmedido (e ilegal) ao trabalho precário, havendo mesmo várias unidades de saúde em que a maioria dos trabalhadores têm contrato de trabalho precário. A multiplicação destas situações, o não pagamento de horas extraordinárias, o recurso ao banco de horas e a diminuição dos salários reais, degrada as condições de trabalho mas afecta também a qualidade dos serviços prestados.

Esta degradação das condições de trabalho e de remuneração fez com que muitos profissionais experientes continuassem a antecipar a reforma, a sair do SNS ou mesmo a emigrar. A “sangria” atinge todas as classes profissionais, assistentes técnicos, assistentes operacionais, técnicos superiores, médicos e enfermeiros.

Por via de opções políticas de sucessivos governos, há hoje cerca de 200 mil utentes do distrito sem médico de família, a que se juntam situações de extensões de saúde sem médico colocado ou perspectivado (por exemplo em Soalhães, no Marco de Canaveses). Há outras que têm apenas um médico (Extensão de Jazente e Extensão de Vila Caiz, em Amarante; ou a Extensão de Teixeira/Gestação e a UCSP Eiriz, em Baião) e durante o período de férias não são substituídos, ficando as populações efectivamente sem médico.

A redução orçamental está também a provocar aumento das listas de espera em consultas e cirurgias, falta de medicamentos e de material clínico nos hospitais, limitação à prescrição de medicamentos em ambulatório, limitação à prescrição de exames de diagnóstico e tratamentos, carência de transportes de serviço, frequentes falhas dos sistemas de informação, atrasos na manutenção e reparação de equipamentos. Cresce o número de faltas a consultas e tratamentos por incapacidade económica dos utentes para suportar os custos com transportes, taxas moderadoras de consultas, tratamentos exames subsidiários ou compra de medicamentos e ajudas técnicas.

As intenções do governo são de levar ainda mais longe a restrição do acesso à Saúde, como se comprova pela publicação da Portaria 82/2014 onde tenta impor uma reorganização hospitalar, feita sem ouvir os profissionais da saúde, que se traduz na desqualificação dos hospitais do distrito pela retirada de especialidades que actualmente possuem e anunciando que os utentes do distrito perdem o direito de acesso no Serviço Nacional de Saúde às especialidades de Endocrinologia, de Pedopsiquiatria e de Estomatologia.

A par do abandono da perspectiva democrática do acesso à cultura, da desresponsabilização do Estado e da concepção de cultura como mais uma actividade económica, destaca-se o agravamento da precarização e desprofissionalização do exercício das actividades culturais e artísticas como resultado do Pacto de Agressão, na decorrência de 38 anos de políticas de afronta à Constituição.

Uma política que, se não for derrotada, agravará as assimetrias e desigualdades, afastará mais utentes do acesso ao SNS, será responsável pela antecipação da morte de mais utentes que se vêem privados do acesso aos cuidados de saúde.

No caso da saúde mental, o parente pobre da medicina, onde a falta de investimento e os cortes crónicos reinam, tem-se apostado ultimamente na sobremedicação (com os riscos de dependência que esta acarreta) em substituição do acompanhamento porque não há meios para dar resposta ao número crescente de casos.

16. CULTURA

É bem visível a regressão na oferta cultural na região, em consequência da redução do Orçamento do Estado, que se aproxima dos mínimos históricos de 0,1% – cada vez mais longe da ambicionada meta de 1% –, e da falta de vontade política dos principais responsáveis autárquicos, que em regra subalternizam a vertente da cultura.

Já longe do florescimento que marcou os anos sessenta e setenta, fora e em oposição aos cânones do Regime, e do impulso do “Porto 2001”, a vida cultural do Porto estiola até um ponto intolerável na programação de Verão e do mês de Agosto, particularmente empobrecida, sobretudo se atendermos ao fluxo turístico entretanto ocorrido.

Instituições relevantes como a Casa da Música e o Teatro Nacional de S. João, assim como a rede de Museus, vivem com extremas dificuldades por efeito dos cortes orçamentais impostos pelo Governo, para manter programas de qualidade, no Coliseu crescem as dúvidas sobre a continuidade do seu trabalho. A entrega à gestão privada do Teatro Municipal Rivoli foi uma experiência que deixou rasto de problemas culturais e financeiros.

Grupos de teatro independentes, com décadas de vida, que produziram espectáculos memoráveis, lutam pela sobrevivência, vítimas dos critérios do Governo, destacando-se entre eles, o Seiva Trupe, que foi despejado pela Câmara num acto administrativo com traços de vingança. A solução entretanto encontrada para a ocupação do Teatro do Campo Alegre implica pesados encargos para os grupos de Teatro que aceitaram ali se instalar precariamente.

A escassa vida cultural ao longo do ano contrasta com o esforço de colectividades que lutam pela sua subsistência e sobrevivem com o esforço e a vontade dos seus associados e, por vezes, da população que acarinha as suas actividades culturais. A falta de uma política nacional de apoio a produções destas colectividades coloca-as muitas vezes na dependência de um poder local que as procura utilizar, sobretudo em épocas eleitorais. No entanto, nalguns poucos concelhos, foram-se desenvolvendo iniciativas de promoção da cultura que têm dimensão regional, embora confinada a eventos de curta duração, apesar de alguns volumosos apoios financeiros comunitários. Registe-se no entanto que, para a maioria das autarquias, a “Cultura” é frequentemente confundida com “Lazer”, com predomínio desta última.

A ligação às Escolas, essencial para a renovação e rejuvenescimento dos públicos e a atracção para a vida cultural de novas gerações, não aproveita todas as potencialidades.

Registe-se que ainda há três concelhos do distrito (Baião, Marco de Canaveses e Trofa) sem edifício próprio para as bibliotecas municipais. Tal como acontece com a política governamental (que apesar de ter uma Direcção Regional de

Cultura do Norte, com sede em Vila Real, é muito subfinanciada) também as autarquias não garantem nos seus orçamentos verbas capazes de responder às necessidades.

A política de direita tenta abrir caminho para a municipalização da Cultura em áreas que são da responsabilidade do Estado através do governo. Tal solução deve ser rejeitada pois favorece os despedimentos, a degradação das instalações e o encarecimento dos preços.

Continua por se materializar uma política regional de cultura, o fomento de redes de itinerância, para o que bastaria a ligação efectiva entre os vereadores dos pelouros respectivos dos diversos Municípios.

Em muitos casos, a vida cultural está confinada a eventos de curta duração, embora com volumosos apoios financeiros comunitários.

O movimento associativo, no entanto ainda resiste, com um trabalho muitas vezes qualificado mas sem a projecção que merece designadamente no teatro, onde o Estado não assume, por exemplo, o pagamento dos direitos de autor das peças que grupos de teatro de amadores produzem.

É necessária outra política cultural, por parte do Governo e de grande parte dos Municípios, que apoie e estimule, sem paternalismos e constrangimentos, a produção e a criatividade, assim como é necessário desenvolver o espírito de luta e solidariedade entre quantos produzem e criam, designadamente em torno da meta de 1% para a cultura.

17. JUSTIÇA

O actual Governo, com a reforma do mapa judiciário disseminou o quase colapso na organização judiciária do país, em geral, e do Distrito, em particular. De facto, se o artigo 20.º da CRP garante o acesso ao Direito e aos Tribunais e, apesar disso, na prática, esse acesso estava já vedado à maioria dos cidadãos com menores recursos, pelas alterações introduzidas à lei do apoio judiciário, designadamente, o aumento das distâncias e inerente aumento de custos, compromete, hoje, irremediavelmente, para muitos, o exercício deste direito.

As condições oferecidas pelo Ministério da Justiça para o exercício da profissão aos agentes judiciários são, em alguns casos, deploráveis, com obras que se arrastam, como no Tribunal de S. João Novo ou de Vila do Conde, sendo no primeiro caso verdadeiramente indignas para quem nele exerce funções. Foi extinto o Tribunal de Trabalho de Santo Tirso e as Execuções de Valongo, Gondomar e Gaia foram concentradas no Porto, piorando a situação existente no Palácio da Justiça, onde funcionam os tribunais central, locais, de Trabalho e as Execuções e onde há 16 salas de audiência onde devia haver 33.

Para além disso, são dramáticas as consequências que resultam da redução de recursos humanos, generalizando-se o agravamento das condições de trabalho, expresso em ritmos de trabalho cada vez mais intensos e no uso do trabalho suplementar de forma correntia, em clara violação dos normativos laborais.

O sistema CITIUS entrou em colapso por largo tempo, com perdas de peças processuais e consequências que, até hoje, se revelam imprevisíveis.

O PCP é contra a Reforma do Mapa Judiciário. Nenhum dos Tribunais deveria ter sido encerrado e nas Comarcas existentes antes das alterações em curso, devem manter-se Tribunais de Competência genérica, cíveis e criminais, e é urgente o reforço dos meios humanos.

18. COMUNICAÇÃO SOCIAL

As transformações operadas no sector da comunicação social no distrito do Porto ou com reflexos nele motivam fundas preocupações. A concentração dos órgãos num reduzido número de grupos económicos e sociais agravou-se significativamente, com reflexos violentos no plano laboral, multiplicando casos de exploração desenfreada, despedimentos selectivos (como nos grupos Controliveste e Cofina, no Expresso, no Diário Económico, no Público, e na RTP), recurso sistemático a formas de trabalho ilegal, prolongamento indefinido de horários de trabalho, incluindo trabalho em dias feriado ou fins-de-semana e folgas sem compensação, redução de salários e violação de acordos de empresa (como na Lusa), encerramento de órgãos de comunicação social local (como o levado a cabo pelo Grupo Media Capital) e aumento de pressão sobre os profissionais. Não deixa de ser relevante destacar que num contexto tão desfavorável os jornalistas do Público, da Agência Lusa, da RTP, do JN, do DN, d'O Jogo e da TSF desencadearam importantes e corajosas jornadas de luta com recurso à greve.

Os fenómenos de precariedade galopante aprofundam os mecanismos de auto-censura dos trabalhadores e de prevalência de outros mecanismos informais de censura e manipulação. Também a marginalização e esvaziamento dos conselhos de redacção, passando para as chefias a selecção de conteúdos, facilita aos grandes grupos económicos, detentores dos órgãos de Comunicação Social, mais e melhores condições para a concretização do controlo informativo e ideológico, atacando o pluralismo e a diversidade informativa.

O Centro de Produção do Norte da RTP, no Monte da Virgem, sofreu uma redução de um terço dos trabalhadores, obrigando muitas vezes ao recurso a trabalhadores externos.

19. SECTOR FINANCEIRO

No sector financeiro, num quadro de escandalosas transferências de dinheiros públicos para os grupos económicos, destaca-se na região as consequências da redução de mais de 8 mil postos de trabalho com o encerramento de balcões. Só o banco público, a CGD, fechou mais de 60 agências, prevendo encerrar em Janeiro de 2015 mais 7 agências no distrito do Porto, num total de 15 no Norte do País.

Nos Seguros, a privatização da Fidelidade e a venda da Tranquilidade marcaram ainda mais negativamente os ataques ao sector, em que os direitos laborais são sistematicamente posto em causa com cumplicidade entre UGT e patronato.

20. AMBIENTE

A política ambiental seguiu e aprofundou o rumo de entrega e submissão aos interesses privados e de atraso na resolução de problemas como o do Saneamento Básico, da defesa e protecção das áreas dunares e da costa marítima, da Floresta, entre outros.

Destaca-se a convergência de autarquias da região e governo na entrega de capital e distribuição de água, saneamento e recolha de resíduos sólidos a empresas privadas, pondo em causa o acesso a este direito universal e a intervenção e participação democrática da população e autarquias na gestão destes sistemas.

Também a democratização da gestão e usufruto dos recursos naturais é posta em causa por opções políticas de ataque a direitos das populações, como a Lei dos Baldios, ou pelo adiar da concretização da área protegida nas Serras de Sta. Justa, Pias e Castiçal.

21. CONCLUSÃO SOBRE A ANÁLISE ÀS CONSEQUÊNCIAS PARA O DISTRITO DOS 3 ANOS DE PACTO DE AGRESSÃO

A crise económica e social que o distrito vive é um processo de décadas e da responsabilidade dos sucessivos governos do auto-denominado arco da governação, conforme analisámos e concluímos nas nossas IX e X Assembleias, tendo sofrido uma acentuada aceleração com a implementação do memorando de entendimento/pacto de agressão subscrito pela troika nacional PS/PSD/CDS-PP.

Na anterior Assembleia, realizada um ano depois da assinatura do Pacto de Agressão, ao analisar o período da chamada “crise” que conduziu ao desastroso acto de submissão da troika nacional à troika estrangeira, concluímos que a crise se tinha feito sentir de forma mais intensa no distrito porque o processo de destruição do aparelho produtivo e de ataque às funções sociais do estado e aos serviços públicos se havia feito sentir na região de forma mais intensa e prolongada que no país.

Agora, analisado o período de aplicação do pacto de agressão, podemos concluir que, numa região mais desprotegida e empobrecida, as consequências do Pacto de Agressão fizeram-se sentir de forma ainda mais intensa no distrito que no resto do país. Comprovam-no o aumento do desemprego, a destruição dos serviços públicos, o baixo poder de compra das famílias ou a redução de apoios sociais, agravamentos mais significativos no distrito que no país.



III – RELATÓRIO DE ACTIVIDADES

1. INICIATIVA POLÍTICA E PARTIDÁRIA

O período decorrido desde a última Assembleia foi caracterizado por uma intensa actividade partidária, pelo reforço da ligação e intervenção do Partido junto dos trabalhadores e das populações e pelo estímulo ao desenvolvimento de lutas reivindicativas em defesa de direitos conquistados e pelo desenvolvimento regional.

O PCP foi uma força portadora da capacidade de acção e de propostas para a resolução dos problemas dos trabalhadores e do povo do distrito, como o demonstra o conjunto de iniciativas realizadas desde a última Assembleia, designadamente:

- A participação convergente da Organização Regional do Porto em acções e jornadas nacionais do PCP contra o Pacto de Agressão, contra as políticas de direita, em defesa de uma política patriótica e de esquerda.
- A realização de expressivas acções de massas como os desfiles contra o Pacto de Agressão, o aumento do custo de vida, pela demissão do governo PSD/CDS, o Passeio das Mulheres CDU e a Festa da Unidade, várias das quais com a participação do Secretário-Geral do PCP, a par com iniciativas de grande participação, nomeadamente no âmbito de campanhas eleitorais.
- A dinamização da CDU no âmbito das eleições para as autarquias locais, com a apresentação de mais listas e o envolvimento de mais candidatos, e na batalha das eleições para o Parlamento Europeu.
- A Organização Regional do Porto produziu um conjunto muito significativo de posições políticas sobre os muitos dos problemas que afectam o distrito. Foram assumidas posições públicas e propostas sobre as questões do tecido produtivo e económico, do emprego, em defesa dos serviços público e funções sociais do Estado, contra as privatizações, quer as levadas a cabo pelo Governo, quer as levadas a cabo pelas Câmaras, em defesa das Liberdades e da Democracia, entre outros.
- A realização de diversas jornadas de propaganda – nacionais e regionais, a realização de tribunas e outras acções com impacto público, traduzindo-se num contacto intenso com as populações e os trabalhadores do distrito.
- A promoção de debates, sessões de esclarecimento e a apresentação de livros das Edições Avante!, de que foram exemplos a realização de iniciativas em torno do 25 de Abril, solidariedade internacional, da política patriótica e de esquerda, a actualidade do ideal comunista, a imprensa partidária e a apresentação de novos tomos das obras escolhidas de Álvaro Cunhal.
- A realização de assembleias em organizações de base local e profissional, com o envolvimento de centenas de membros do Partido e a promoção da responsabilização de muitos militantes, com a prestação de contas dos organismos eleitos e o apuramento da orientação política. O envolvimento da Organização Regional na preparação do XIX Congresso do PCP, realizado em 2012.
- A participação activa nas comemorações do 25 de Abril e no 1º de Maio, com respeito pelo seu carácter unitário, e a comemoração da Revolução de Outubro. A promoção de iniciativas próprias do PCP nestas efemérides, com destaque para o almoço regional em torno dos 40 anos do 25 de Abril com a participação de largas centenas de pessoas.
- A solidariedade activa com as jornadas de luta promovidas pela CGTP-IN – desde as acções de empresas ou sector, passando pelas concentrações e manifestações até greves gerais – mas também com a luta dos movimentos de utentes e das populações.
- A promoção da imprensa partidária através da venda de edições especiais do “Avante!” e da realização de bancas nas ruas e empresas e a divulgação da revista “O Militante”.
- A participação na Festa do Avante, com o envolvimento de centenas e camaradas e amigos na construção e funcionamento do espaço regional.
- As comemorações dos aniversários do PCP constituíram momentos altos de afirmação da vitalidade e entusiasmo do colectivo partidário, com comícios, almoços, jantares, debates, acções de agitação e propaganda.
- A promoção de acções de formação política e ideológica para membros do Partido.

2. CENTENÁRIO DE ÁLVARO CUNHAL

Sob o lema “Álvaro Cunhal – Vida, pensamento e luta: exemplo que se projecta na actualidade e no futuro” desenvolveram-se ao longo de 2013 iniciativas em torno do centenário de Álvaro Cunhal. A DORP e as organizações do Partido elaboraram programas de comemorações próprios, tendo muitas outras instituições e organizações da região também tido iniciativas evocativas do Centenário (Associações Culturais, Associações Juvenis, Autarquias, Bibliotecas, Escolas, Sindicatos...), destacando-se a inauguração da Praceta Álvaro Cunhal, na freguesia da Senhora da Hora, em Matosinhos.

No plano regional, as organizações do Partido promoveram sessões em torno das várias facetas do mais destacado dirigente do Partido. A DORP editou uma brochura com três intervenções de Álvaro Cunhal realizadas no distrito e um vídeo a partir das passagens pela região na primeira década após a Revolução. Destacando o seu contributo para a consolidação da revolução e para a resistência à política de direita.

A direcção do Partido promoveu, no Porto, um debate sobre “Álvaro Cunhal a Organização e a luta dos trabalhadores” com participação de cerca de 500 amigos e camaradas representantes de 67 organizações sindicais, Comissões de Trabalhadores e organizações partido.

O momento mais significativo das comemorações foi a exposição realizada no Centro de Congressos da Alfândega do Porto pela qual passaram 7000 visitantes. Esta exposição durou cerca de três semanas, envolvendo mais de 600 camaradas e amigos nas mais diversas tarefas: implantação e desimplantação, turnos de vigilância, acompanhamento das visitas de grupo, recepção e emissão de bilhetes, limpeza, livreria e auditório.

3. LUTA SOCIAL

3.1 Luta dos trabalhadores

O Movimento Sindical Unitário teve um papel de grande intervenção, combativo e determinado no combate à política de direita, de esmagamento de direitos laborais e sociais, pelos salários dignos, pelo trabalho com direitos. Foram várias e de vários tipos as acções de luta, envolvendo a participação de todos os sectores e ramos de actividade, tendo como elemento aglutinador a derrota do governo e a ruptura com esta política.

As manifestações do 25 de Abril e do 1º de Maio, no Porto têm-se afirmado como vigorosas acções de luta, reclamando a demissão do Governo e a mudança de políticas, ao mesmo tempo que afirmam a importância, justeza e validade dos valores e conquistas de Abril.

A convergência da luta resultou em várias manifestações de âmbito nacional, norte ou distrital. Respondendo à convocatória da CGTP foram sempre milhares os trabalhadores que aderiram, merecendo relevo a manifestação de 19 Outubro de 2013 que, com grande força e combatividade, envolvendo uma grandiosa massa humana, uniu trabalhadores e muitos outros sectores da população na condenação às políticas das troikas e na exigência de uma outra política, por melhores condições de vida, melhores salários, contra desemprego e trabalho precário. Antecedida de pressões e tentativas de desmobilização por parte do governo, os manifestantes marcharam entre Gaia e o Porto, pela Ponte do Infante, numa das acções com maior participação popular dos últimos anos.

Merece igualmente destaque a Marcha contra o desemprego que, convocada pela CGTP-IN, percorreu o país, tendo no distrito do Porto, durante dois dias, passado por Matosinhos, Maia, Santo Tirso, Gondomar, Valongo, Porto e Gaia, com grandes concentrações e desfiles onde a participação e apoio das populações ficaram vinculados.

A luta contra a privatização de serviços e em defesa dos postos de trabalho esteve também presente na região com acções promovidas pelos Sindicatos com os trabalhadores da Cerâmica Valadares, CTT, STCP, EMEF, Bingo Salgueiros, Segurança Social, DHL, Casino as Póvoa, Dia/Mini Preço, Moviflor...

Considerando o ataque em curso ao Serviço Nacional de Saúde, Auxiliares, Enfermeiros e Médicos realizaram greves com forte impacto e adesão no país e no distrito. De igual forma, os Professores e o pessoal não docente têm integrado a defesa da Escola Pública na luta que desenvolvem em torno dos aspectos concretos da sua profissão, das suas carreiras e dos seus direitos.

O agravamento da exploração fez-se também por via do alargamento do horário de trabalho, forçando os trabalhadores a trabalhar mais horas e sem a devida compensação. Ao nível da administração pública a jornada de trabalho passou das 35 para as 40 horas semanais. Por iniciativa dos sindicatos, designadamente do STAL e do STFPSN, têm sido apresentadas propostas de acordos para retomar as 35 horas de trabalho semanal em várias autarquias e serviços da administração central. Apesar destes acordos já terem sido subscritos pela maioria das autarquias do distrito, muitas persistem na imposição das 40 horas.

3.2 Greve Geral – poderosa afirmação da força dos trabalhadores

Neste período realizaram-se 2 greves gerais (14 de Novembro de 2012 e 27 de Junho de 2013), expressões maiores da luta dos trabalhadores no país e na região, com papel destacado da CGTP-IN e da União de Sindicatos do Porto,

com elevada expressão no distrito do Porto, tendo unido diversos sectores e camadas no protesto, na luta e na exigência de uma ruptura com o rumo de “empobrecimento e exploração” assumido pelos executantes da política de direita e consagrado no pacto de agressão assinado pelo PS, o PSD e o CDS com a troika estrangeira.

Nestas duas marcantes jornadas de luta, os militantes comunistas e as organizações do Partido tiveram acção destacada, pelo seu envolvimento e papel activo no êxito desta jornada de luta. Foram Greves Gerais de grandes dimensões, com grande impacto e adesões de muito significativas. Ao nível da indústria, teve expressões significativas em vários sectores e empresas, como são exemplos a Sakti, a Groz Bekert, a CaetanoBus, a Socometal, a Camo. No sector dos transportes registou adesões em várias operadoras rodoviárias privadas e uma grande adesão na STCP, com mais de 90% de adesão na Madrugada e uma adesão global de 80%. No Metro do Porto, com adesão superior a 90%, verificou-se o funcionamento muito condicionado e apenas em dois troços e a ausência de ligação aos concelhos de Gondomar, da Maia, da Póvoa de Varzim, de Vila do Conde, ao centro de Matosinhos e ao Aeroporto. Na CP atingiu-se uma greve total no período da noite e uma adesão global superior a 95%. Os pescadores do cerco tiveram uma adesão total à greve, nos vários portos do distrito do Porto. Na administração local, com dezenas de serviços fechados ou fortemente afectados em vários concelhos (Porto, Matosinhos, Gondomar, Gaia, Santo Tirso...) e muitas Juntas de Freguesia encerradas. Também na administração central as implicações de uma importante adesão de trabalhadores fizeram-se sentir com o cancelamento de centenas de Consultas e no encerramento dos Blocos Operatórios dos principais Hospitais, no encerramento de escolas, creches e jardins de infância, bem como na afectação do funcionamento de repartições de Finanças e departamentos da Segurança Social e do Ministério da Justiça. Ao nível da hotelaria, restauração, comércio e serviços, foram dezenas os locais de trabalho do distrito com adesões totais ou muito significativas, destacando-se as cantinas dos Hospitais de São João e Pedro Hispano, a cantina da RTP-Porto, as lojas Worten e Calzedonia do ViaCatarina, a logística do Continente e a Santa Casa da Misericórdia da Póvoa de Varzim. O impacto da adesão à greve no sector da construção civil e do mobiliário foi notado em muitas empresas de pequena e grande dimensão, registando-se adesões superiores a 60% em mais de 50 empresas deste sector, no distrito do Porto. O sector dos correios teve adesões significativas em vários pontos do distrito, nomeadamente nos concelhos do Porto, Gaia, Marco de Canaveses e Valongo. Vários Balcões da Caixa Geral de Depósitos estiveram encerrados, registando-se uma adesão global de 50% dos trabalhadores no grande Porto.

Pela adesão verificada nos diversos sectores de actividades, pelo alcance e impacto nos sectores público e privado e nas empresas estratégicas, a Greve Geral de 14 de Novembro de 2012 e a Greve Geral de 27 de Junho de 2013 foram poderosas afirmações da força dos trabalhadores.

O facto destas lutas se terem realizado num momento em que o desemprego e a precariedade atingem os seus maiores índices de sempre, de terem sido marcadas por uma gigante operação de silenciamento e desvalorização nos órgãos de comunicação social e por deploráveis campanhas de intimidação, condicionamento, ameaça e repressão. Por tudo isto, a Greve Geral de 14 de Novembro de 2012 e a Greve Geral de 27 de Junho de 2013 foram grandes jornadas de luta, onde trabalhadores efectivos e precários, do sector público e privado, lutaram contra o pacote legislativo do governo e pela rejeição do pacto de agressão, onde os jovens trabalhadores assumiram um papel destacado no esclarecimento, na mobilização e na sua construção, com posturas de grande coragem e combatividade nos locais de trabalho e nos piquetes de greve, prestigiando-se e prestigiando o movimento sindical unitário.

3.3 Avanços e conquistas da luta dos trabalhadores

Face ao bloqueio que patrões e governo fazem à contratação colectiva, cada vez mais sectores têm vindo a desenvolver a luta a partir dos locais de trabalho, envolvendo os trabalhadores na elaboração e defesa de cadernos reivindicativos. Com este objectivo, realizaram-se várias lutas em defesa de melhores salários e da contratação colectiva. Importantes empresas de âmbito nacional conseguiram aumentos salariais e conquistas de direitos, designadamente na EDP, nas cantinas hospitalares e nos hipermercados Jumbo.

A nível distrital, foram muitas dezenas de empresas que neste período elaboraram os seus cadernos reivindicativos e que conseguiram avanços ao nível dos salários e das condições de trabalho, designadamente na MBO Binder, na Tegopi, na Mafil, na Sakthi Portugal, na Tesco, entre outros.

Na sequência do processo de luta em curso contra o alargamento do horário de trabalho para as 40 horas, o STAL tem em curso também várias negociações com autarquias com vista à celebração de acordos. Vários destes acordos foram também assinados pelo Sindicato da Função Pública.

Neste momento, há várias Câmaras Municipais (Marco de Canaveses, Lousada, Matosinhos, Amarante) e Juntas de Freguesia ou de uniões de freguesia que aplicam as 35h na sequência do acordo assinado com os Sindicatos.

Registe-se que, no plano nacional, há muitos mais acordos em autarquias, mas também em serviços da administração central. Neste âmbito, tem particular simbolismo o acordo assinado na Autoridade para as Condições de Trabalho, e no Tribunal Constitucional para que os trabalhadores destas instituições voltem às 35 horas por semana.

No contexto de repressão que alastra em múltiplos locais de trabalho, os principais grupos económicos da grande distribuição (Sonae e Jerónimo Martins) desencadearam um processo de constituição de banco de horas com pressões e chantagens várias. O esclarecimento e a rápida intervenção sindical fez com que milhares de trabalhadores em todo o país recusassem o banco de horas. Nas lojas Continente e Pingo Doce, foi no distrito do Porto onde mais se fez notar a recusa da implementação do banco de horas.

As lojas FNAC tentaram também implementar o banco de horas na maioria das lojas. Após esclarecimento intervenção sindical, os trabalhadores decidiram em plenário não aceitar. Esta posição de força dos trabalhadores levou a empresa a recuar na aplicação do banco de horas.

A BRISA desencadeou um processo de transferência de vários trabalhadores para locais de trabalho a várias dezenas de quilómetros de distância. O Sindicato e a CT assumiram desde início a contestação e a luta contra esta medida, tendo-se realizado inclusive um encontro nacional de trabalhadores que teve este como um dos principais factores de mobilização. Pela resistência e luta, vários destes processos foram sendo resolvidos. Uma decisão judicial recente a uma providência cautelar encarregou-se de sentenciar a razão dos restantes trabalhadores.

Os trabalhadores da Invicta Ambiente e da SUMA, empresas que prestam serviço da limpeza em 50% da cidade do Porto, conseguiram regressar à Câmara Municipal do Porto, através da sua luta, apesar do ataque aos seus direitos promovido pela autarquia.

A luta efectuada pelos enfermeiros ao longo do ano, e em particular as greves de Agosto e Setembro fez com que o Ministério da Saúde autorizasse a admissão de enfermeiros, apesar de ainda serem em número insuficiente.

A derrota da associação patronal das Seguradoras na sua tentativa de anulação da contratação colectiva de 2008 e a sua substituição por piores condições de remuneração em resultado de decisão judicial correspondeu ao reconhecimento da justeza da luta dos profissionais dos seguros, que continuam a resistir às pressões das seguradoras para alterar o seu vínculo contratual.

Estes são exemplos de que lutar vale a pena. Mesmo que a correlação de forças seja profundamente desfavorável à justiça e ao progresso social, mesmo que o governo proteja os patrões, mesmo que a comunicação social propague as teses das inevitabilidades e desvalorize a luta e os seus resultados, a vida tem comprovado que vale a pena lutar.

3.4 Luta da Juventude

A luta no movimento estudantil tem-se desenvolvido no plano escola a escola, local, regional e nacional de forma contínua e com expressão de massas no distrito do Porto, particularmente no Ensino Secundário e Superior. Neste desenvolvimento têm assumido um papel determinante de esclarecimento, mobilização e dinamização várias Associações de Estudantes do Ensino Secundário e Superior da região, bem como outras estruturas informais de organização dos estudantes. No Ensino Profissional permanecem dificuldades de criação e dinamização do movimento associativo estudantil.

Os jovens trabalhadores participaram nas várias lutas que se desenvolveram no plano nacional e regional, com destaque para acções com base em problemas concretos nos locais de trabalho, com o papel importante da Interjovem. Contudo mantêm-se algumas dificuldades de envolvimento dos jovens na luta junto da precariedade e ofensiva ideológica.

O Movimento Associativo Juvenil tem encontrado no plano nacional espaços de convergência e unidade em torno de várias questões como a luta pela Paz, a defesa da Constituição da República Portuguesa e dos valores de Abril. Esta dinâmica teve expressão na região do Porto com várias associações e estruturas do movimento juvenil do distrito a participarem na plataforma “40x25” que assinalou os 40 anos da Revolução de Abril e a necessidade de projectar os valores de Abril no futuro do País e da juventude, bem como nas várias edições que se realizaram do Acampamento Nacional pela Paz.

Apesar dos constrangimentos impostos pelo capital e pelos seus instrumentos a juventude tem sabido organizar-se, assumindo-se como força social dinâmica que, não sendo homogénea, incorpora valores de solidariedade, partilha e participação carregada de potencial transformador, criatividade, alegria, combatividade, capacidade de resistência e organização.

3.5 Luta dos utentes e das populações

Nos últimos três anos assinalaram-se lutas das populações, variadas na forma, dimensão e objectivos, mas tendo em comum a recusa do agravamento das condições de vida e das injustiças causadas pelas políticas de direita do governo e das troikas, contrapondo a essas políticas a exigência de medidas a defesa dos seus direitos e a mudança de políticas.

Destaca-se a luta da população de São Pedro da Cova que, ao longo de 13 anos, com um papel destacado do Partido e da junta de freguesia, conseguiu garantir a retirada dos resíduos perigosos. Tendo começado a remoção destes resíduos no passado mês de Outubro, prossegue agora a luta pela requalificação do local e compensação da população.

A luta em torno dos transportes públicos e dos direitos das populações atingiu particular relevância no distrito. Exemplos disso foram os vários protestos promovidos pelos utentes dos transportes públicos do Porto, salientando o facto de se ter registado uma evolução na convergência entre utentes e trabalhadores na defesa do serviço público de transportes e na luta contra as privatizações.

Com o argumento do memorando da troika, o governo PSD/CDS desencadeou um ajuste de contas com a revolução de Abril que colocou no centro do ataque muitos dos serviços públicos. As populações e os utentes organizaram-se e lutaram contra a privatização dos CTT e o encerramento de estações (no Porto, Maia, Matosinhos, Gondomar e Gaia), contra o encerramento de repartições de Finanças (Matosinhos e Valongo), contra a retirada de valências e encerramento de serviços dos Hospitais (Póvoa e Vila do Conde e Valongo) e contra o encerramento da Extensão de Azevedo do Centro de Saúde de Campanhã, exigindo a colocação de médicos de família (Felgueiras), contra o encerramento do posto da Segurança Social (Rio Tinto), contra o fecho de esquadras da PSP (Porto), contra as elevadas taxas de ligação ao saneamento em Foz de Sousa, Gondomar.

No quadro de uma correlação de forças profundamente desfavorável aos trabalhadores, são de grande valor as vitórias alcançadas pelas populações que impediram o encerramento das repartições de Finanças de São Mamede (Matosinhos) e Valongo, do centro de saúde de Azevedo e conquistaram obras de melhoramento das instalações, ou a manutenção das instalações da Segurança Social em Rio Tinto, ou a manutenção da Esquadra da PSP no Lagarteiro, no Porto, a anulação da privatização do estacionamento na via pública no Porto tentada no anterior mandato autárquico, que mereceu um abaixo-assinado com mais de 7500 subscritores e que envolveu directamente cerca de 140 comerciantes.

O ataque ao direito constitucional à habitação tem expoente nos aumentos impostos pelo governo aos inquilinos dos bairros do Instituto da Habitação, que atinge centenas de famílias essencialmente nos concelhos do Porto e Gaia. Confrontados com aumentos que, em alguns casos, superam os 500%, os moradores do Porto organizaram-se e promoveram uma petição dirigida à Assembleia da República e realizaram duas concentrações de protesto em frente à sede do IRHU com a participação de centenas de pessoas.

Muitas outras acções e protestos multiplicaram-se pelo distrito reclamando a colocação de professores ou funcionários nas escolas, a melhoria das condições de funcionamento de centros de saúde, alterações de carreiras ou alargamento de horário de funcionamento de transportes públicos... O Partido acompanhou esta realidade no Distrito, estreitando a sua ligação às massas e reforçando a sua influência e prestígio junto de muitos homens e mulheres.

A defesa do direito constitucional de propaganda política foi um elemento importante da intervenção do Partido, da JCP, da CGTP e de outras organizações sociais, num quadro de agravamento das tentativas de aplicação de limitações e proibições inconstitucionais. A recente anulação do regulamento de propaganda política imposto por Rui Rio e pela coligação municipal PSD/CDS no Porto, na sequência de um processo de luta política, institucional e jurídica, levado a cabo ininterruptamente durante 10 anos, correspondeu a uma importante vitória de todos os democratas.

3.6 Luta de outros sectores e camadas da população

Perante uma ofensiva tão diversificada e intensa como a que as troikas impuseram por via do Pacto de Agressão, foram também muitas as camadas e sectores que participaram de forma activa e combativa na luta, convergindo na rejeição da política de direita.

A intervenção dos Organismos dos Deficientes no distrito do Porto, tem permitido resistir e nalguns casos determinar avanços qualitativos ainda que insuficientes, na vida das pessoas. Destacamos a luta da Associação dos Sinistrados do Trabalho e da CNOD, que determinou a abertura e entrada em funcionamento do C.R.N. (Centro de Reabilitação do Norte) ainda que discordemos da gestão privada do estabelecimento público.

Não obstante a igualdade alcançada com o 25 de Abril, as discriminações e as violências sobre as mulheres foram persistindo ao longo dos anos. No entanto, assistimos hoje a um claro retrocesso no que toca a alguns aspectos do papel da mulher na sociedade, ao agravamento das desigualdades e ao consequente empobrecimento das mulheres em particular. É na organização e na luta desenvolvida pelo MSU que as mulheres (que representam cerca de 55% dos desempregados do distrito) dão corpo de uma forma mais combativa e consequente à luta pelos seus direitos. O Movimento Democrático de Mulheres (MDM), mais antiga organização e mulheres de âmbito nacional, tem confirmado as suas características de organização democrática, unitária e progressista.

A maior actividade unitária e a regularidade crescente na luta pela paz e na solidariedade internacionalista é já visível no distrito, seja nas acções de solidariedade com a Palestina e a Síria, seja a denúncia do imperialismo, da NATO e das suas agressões, seja da educação para a paz. Mas importa consolidar e alargar o movimento da paz, reforçando as organizações existentes, com destaque para o Conselho Português para a Paz e Cooperação, as suas ligações à juventude, aos trabalhadores e a convergência com outros movimentos interessados na luta pela paz, contra a guerra e as agressões, na defesa de princípios consagrados no artigo 7º da Constituição de Abril. Saliente-se também a actividade solidária da Associação Porto com Cuba.

Os reformados assumiram papel activo na Luta contra a política de direita. Num quadro em que o sistema procurou criar as suas estruturas, assume relevo a acção e intervenção do MURPI e das Associações que lhe estão associadas, com destaque principal para a Manifestação Nacional de 12 de Abril de 2014, com manifestações descentralizadas, tendo a do Porto juntado milhares de Reformados e Pensionistas. No plano sindical, a Inter-Reformados manteve papel activo.

Os PME's, também eles vítimas da política de direita, tiveram na contestação ao aumento do IVA na restauração o momento de maior visibilidade. Cerca de 20% das PME's do país estão concentradas no distrito do Porto. A luta desta camada da população reclama medidas para a superação das insuficiências do movimento associativo, designadamente a CPPME.

A reivindicação da afectação de 1% do Orçamento de Estado para a Cultura levou à criação do “Movimento 1% para a Cultura” que desenvolveu várias acções envolvendo trabalhadores da cultura, espectadores e população em geral. De valorizar também a presença deste movimento nas acções mais gerais como as manifestações de apoio à Greve Geral, do 25 de Abril e do 1º de Maio.

Realizaram-se ainda iniciativas, acções e lutas de diversa índole, motivações e características, como foram as acções desenvolvidas pelos ditos movimentos “inorgânicos”, que tiveram expressão no distrito do Porto desde a última Assembleia. Com dimensões muito diversas, desde a participação de largos milhares de pessoas ao isolamento e participação de escassas dezenas. Estas acções assumiram, no essencial, um papel positivo na denúncia e combate à política das troikas. O grau de aparente inexistência de organização, por vezes objectivos difusos e com graus de compromisso para uma luta mais consequente muito reduzidos são susceptíveis de atrair amplas camadas que encontram nesses espaços, para além de afirmação da sua revolta, válvulas de escape para a justa indignação. A importância dada pela comunicação social a estas acções revela uma estratégia de tentativa de apropriação das dinâmicas e de as tentar pôr em contraponto com a luta organizada, estratégia que aparentemente não foi conseguida na sua plenitude.

4. INTERVENÇÃO INSTITUCIONAL

4.1 Autarquias

Os bons resultados das últimas eleições autárquicas permitiram um significativo reforço de eleitos no distrito, a nível municipal e de freguesia, o que, embora de forma desigual, permite uma maior intervenção nos órgãos autárquicos e nos contactos com as populações, com maior conhecimento da realidade e uma maior capacidade de denúncia das malfeitorias de sucessivos executivos de maiorias PSD/CDS ou PS, cujas consequências se começam a fazer sentir.

São exemplo os contratos leoninos das concessões e privatizações de serviços públicos (águas, saneamento, estacionamento na via pública, parques de estacionamento, recolha ou tratamento de lixo) celebrados de modo a garantir que o capital nunca corra riscos, com cláusulas que o garantem, dando o direito ao concessionário de reclamar o reequilíbrio económico-financeiro da concessão e ao município a obrigação de “compensar” o “prejuízo” do capital. Em muitos casos, o resultado dos conflitos do reequilíbrio são “compensados”: pelo aumento do custo dos serviços; pela “dispensa” de alguns investimentos previstos no contrato; pelo prolongamento dos prazos da concessão. Estas cláusulas contratuais deixam os municípios reféns dos concessionários, não podendo, na maior parte dos casos, denunciar e resolver os contratos iniciais. São conhecidos os casos de Gondomar, Gaia, Porto, Valongo e outros. Situações destas estão a custar muitos milhões de euros aos municípios e aos cidadãos.

Também a proliferação de negócios financeiros, recorrendo à banca para utilizar cada vez mais meios financeiros em acções sobretudo de propaganda eleitoral e de compadrio, multiplicou negociatas e situações de dívida que deixaram várias autarquias num grave sufoco financeiro, agravando a situação criada por sucessivos governos PS/PSD e CDS com cortes nas transferências financeiras para as autarquias. Tudo serviu para ser utilizado como produto financeiro a trocar por dinheiro adiantado, como em Gaia, com as “prováveis receitas” futuras. Nalguns casos, utilizaram até as rendas das habitações sociais dos municípios, o que, agora, com a diminuição das receitas devido à pobreza da população, implica a obrigatoriedade das autarquias pagarem à banca uma renda que, efectivamente, não recebem, como acontece em Gondomar. A vida está a confirmar a justeza das posições do PCP e dos eleitos da CDU na denúncia destas negociatas que contribuíram para dificultar a possibilidade de desenvolvimento equilibrado da região.

A operação imobiliária em torno do Bairro do Aleixo, no Porto, envolvendo o município num complexo fundo imobiliário juntamente com especuladores condenados em processos criminais graves, com o objectivo de expulsar a população residente e de construir habitação de luxo é um exemplo de uma orientação política e ideológica profundamente anti-social, que contou com o acordo de eleitos do PSD, CDS e PS, e que o actual Presidente da Câmara não se compromete a anular.

A avidez de protagonismo mediático e o tacticismo e gestão de objectivos pessoais de autarcas do grande Porto (de que é exemplo a chamada “frente atlântica” constituída pelos presidentes de Câmara do Porto, Gaia e Matosinhos) sobrepõe-se frequentemente à necessidade de uma estratégia de cooperação entre concelhos e aos próprios órgãos metropolitanos, profundamente desvalorizados e subalternizados pela administração central.

Os eleitos da CDU têm sido solidários e marcaram presença nas lutas e protestos organizados seja em torno da falta de trabalhadores nas escolas, seja contra as privatizações e concessões da recolha e tratamento de lixo, da EGF, dos CTT, dos transportes públicos, das unidades de saúde ou nas tentativas de despedimento de trabalhadores e no encerramento de empresas ou serviços públicos diversos.

São também os eleitos da CDU quem continua, com toda a firmeza, a lutar contra a destruição da escola pública, seja pela via da dita “municipalização” e consequente privatização, como pretendem com novos projectos-piloto em Matosinhos e na Maia, seja pelo encerramento de escolas, no desinvestimento generalizado, escassez de professores e trabalhadores não docentes, privatização de serviços públicos na área da educação, como em Gaia. São também os eleitos da CDU que mantêm o apoio à luta dos trabalhadores da Administração Local pela publicação dos ACEEP, na defesa das 35 horas de trabalho semanal.

O funcionamento de Gabinetes de Atendimento dos eleitos da CDU (por exemplo, no Porto já se receberam 650 pessoas desde o início do ano) a par com a realização regular de visitas públicas e acções de contacto com as colectividades e outras organizações sociais, são elementos distintivos da intervenção da CDU na região que importa aperfeiçoar e ampliar.

Mas persistem constrangimentos na actividade da CDU que importa ultrapassar, através de um maior debate e discussão política, a nível concelhio e das freguesias, das agendas e problemas locais; maior apoio aos eleitos locais da CDU e maior difusão da sua actividade; maior e mais eficaz coordenação entre os eleitos, para garantir que os eleitos municipais conheçam o que se faz nas diversas freguesias onde temos eleitos e vice-versa. Importa reforçar os contactos frequentes com as populações e com as diversas instituições de cada concelho e freguesia.

4.2 Assembleia Metropolitana

A estruturação e funcionamento das Áreas Metropolitanas foi alterada no final do último mandato autárquico, concretizando uma redução ainda maior da representatividade democrática, meios e competências, quando seria necessário tomar medidas em sentido inverso, acentuando o centralismo e procurando enterrar definitivamente a regionalização.

Actualmente, o órgão político deliberativo da Área Metropolitana do Porto é o Conselho Metropolitano, que envolve apenas os presidentes de Câmara. As assembleias municipais ficaram sem qualquer representação. Desta forma, apesar do reforço da CDU em votos e mandatos nos concelhos integrantes da Área Metropolitana nas últimas eleições autárquicas, a CDU deixou de ter representação nos órgãos metropolitanos.

No mandato referido, os traços caracterizadores da actuação dos diferentes partidos na Junta e na Assembleia Metropolitana foram, por um lado, a consolidação de um bloco central de interesses entre PSD/CDS/PS e, por outro lado, a intervenção empenhada e combativa da CDU.

A Junta Metropolitana, objectivamente, em geral, posicionou-se mais como representante dos governos PS e PSD/CDS na região, do que como representante da região junto do Governo e de outros órgãos de decisão.

Apesar da CDU ter contado apenas com dois membros entre os 55 elementos da Assembleia Metropolitana, apresentou mais propostas que todos os outros partidos todos juntos, num total de 43 (o PS apresentou 15, o BE 18, o PSD 7 e o CDS 1), abrangendo diversas áreas da vida na região. Apesar da sua composição, a Assembleia Metropolitana aprovou algumas destas propostas, designadamente contra a extinção de freguesias, pela dinamização da cultura, em defesa dos serviços públicos, evidenciando assim a sua justeza e a contradição dos partidos da política de direita.

4.3 Assembleia da República

O Partido manteve os dois deputados eleitos pelo distrito do Porto, tendo procedido a substituições ao longo deste período, o que levou a que a tarefa fosse partilhada por cinco camaradas.

Manteve-se um nível de intervenção e ligação com a região que distingue a nossa intervenção dos restantes parlamentares. A partir da articulação com as organizações do Partido, da identificação dos problemas resultantes do desenvolvimento da política de direita, das solicitações dos trabalhadores e populações e da afirmação da possibilidade e necessidade de uma política alternativa, o Grupo Parlamentar do PCP na Assembleia da República realizou 129 reuniões, encontros e visitas no distrito. Estas acções estiveram na origem das 352 Perguntas ao governo sobre problemas que atingem directamente o distrito e levaram à apresentação de 7 projectos de resolução, destacando-se destes a apresentação de um Plano de Emergência Social para o distrito.

Saliente-se que foram já apresentadas propostas relativas aos principais compromissos eleitorais e a intervenção dos deputados comunistas na Assembleia da República abordou problemas que atingem os 18 concelhos do distrito e os vários sectores de actividade. Uma intervenção única, só possível devido ao papel das organizações do Partido e à opção por uma linha de trabalho que privilegia a ligação às massas e o combate à política de desastre nacional, tendo no horizonte a luta pela alternativa patriótica e de esquerda.

Os deputados comunistas têm ainda marcado presença solidária e de apoio a importantes acções de luta realizadas na região, destacando-se as manifestações da CGTP-IN, os piquetes de greve – designadamente nas greves gerais –, aos protestos da comunidade escolar em Ermesinde, à luta dos trabalhadores contra a privatização da RTP ou da STCP, à luta em defesa dos postos de trabalho e dos salários na Cerâmica Valadares e na Moviflor, à luta dos utentes da Saúde em Valongo, Póvoa de Varzim ou Santo Tirso, em acções de luta dos moradores dos bairros do IRHU.

4.4 Parlamento Europeu

Dando continuidade a um trabalho de ligação ao País e às populações dos deputados do PCP no Parlamento Europeu, realizaram-se inúmeras iniciativas no distrito em mais de 50 visitas e encontros diversos, o que permitiu levar ao Parlamento Europeu os problemas do distrito e as propostas para resolver constrangimentos e contribuir para o desenvolvimento económico e social. Em muitas dezenas de perguntas à Comissão Europeia, em intervenções em plenário ou declarações escritas, os deputados do PCP levaram ao Parlamento Europeu os problemas dos trabalhadores de muitas empresas e serviços, dos pescadores e agricultores, as preocupações com o mercado do Bolhão no Porto e a reabilitação urbana, a poluição de rios, os portos de mar e o aeroporto, a oposição à concessão a privados dos transportes públicos e a degradação dos serviços de saúde. Importa continuar a programar visitas e a participação em actividades no distrito do Porto de deputados do PCP no PE.

5. ELEIÇÕES

5.1 Eleições ao Parlamento Europeu

As Eleições ao Parlamento Europeu realizadas em Maio de 2014 traduziram-se num aumento da expressão e influência eleitorais da CDU – passando de 10.7% para mais de 12.6% – e o aumento do número de mandatos com a eleição do terceiro deputado, num contexto de redução do número total de deputados Portugueses no PE, traduzindo-se assim num dos mais significativos êxitos eleitorais da CDU para o Parlamento Europeu, o mais expressivo dos últimos 25 anos.

Os resultados confirmaram uma inequívoca derrota dos partidos do governo e uma forte condenação da sua política. Um resultado que expressa no plano eleitoral o indisfarçável isolamento político e social do Governo PSD/CDS-PP para o qual, a luta dos trabalhadores e do povo português e a intervenção coerente das forças que integram a CDU, deram a mais decisiva contribuição.

Ao nível do distrito, a CDU cresceu mais de 6600 votos – passando de 8.2% para 9.9% – dando um importante contributo para o êxito alcançado pela candidatura, tendo a CDU sido pela primeira vez a força mais votada numa eleição ao Parlamento Europeu na freguesia de Parada de Todeia e em várias mesas de voto do distrito. Destaque-se que, no conjunto dos 18 concelhos do distrito, os partidos da troika e da política de direita (PS, PSD e CDS) perderam mais de 78000 votos.

Estes resultados deram força à afirmação não só da necessidade mas também da possibilidade de, pelo reforço da CDU, abrir caminho a uma política alternativa, patriótica e de esquerda que rompa com a política de direita que há décadas PS, PSD e CDS têm vindo a impor ao País.

5.2 Eleições Autárquicas

A CDU alcançou no distrito do Porto um resultado de grande significado nas eleições autárquicas de 29 de Setembro de 2013, sendo a única força política que cresceu em número de votos e em número de eleitos para os três órgãos: Câmara e Assembleia Municipal e Assembleia de Freguesia. A CDU obteve no distrito do Porto mais 6500 votos e mais quatro vereadores nas Câmaras Municipais. Nas Assembleias Municipais reforçou a sua votação em 6845 votos, passando de 19 para 30 eleitos. Nas Assembleias de Freguesia obteve mais 9600 votos, passando de 77 para 102 mandatos. A eleição de cinco vereadores (Porto, Matosinhos, Gondomar, Maia e Valongo), mais 11 membros nas Assembleias Municipais e mais 25 membros de Assembleias de Freguesia, incluindo a vitória na Junta da União das Freguesias de Fânzeres e S. Pedro da Cova e a manutenção em Parada de Todeia (reforçando a maioria absoluta), traduz um claro reconhecimento da intervenção da CDU nas autarquias, do seu percurso de trabalho, honestidade e competência, de dedicação aos interesses da população e à causa pública. A perda dos eleitos municipais em Amarante e Lousada (por via da diminuição do número de membros das respectivas Assembleias) e a não conquista da União das Freguesias da Livração (apesar do aumento do número de votos) não coloca em causa o resultado obtido no distrito ou em cada um destes concelhos.

6. ORGANIZAÇÃO DO PARTIDO

6.1 Direcção

A DORP foi eleita com 43 membros. Um dos camaradas saiu da região por alteração de tarefas e procedeu-se a uma cooptação. O organismo reuniu com uma periodicidade mensal, tendo contado sempre com a maioria dos seus membros nas reuniões.

A DORP cumpriu o seu papel de direcção do trabalho do Partido na região, em articulação com a Direcção Central e no cumprimento das orientações gerais. No futuro, deve ser considerada a criação de mais espaços de aprofundamento da discussão, designadamente sobre as questões orgânicas e os grandes problemas regionais.

O rejuvenescimento e alargamento dos quadros responsabilizados em tarefas de âmbito regional tem-se vindo a consolidar e a comprovar a justeza das opções tomadas.

O Executivo da DORP deu um importante contributo na criação de uma dinâmica de respostas e intervenção sobre os principais problemas que afectam os trabalhadores e o povo. O alargamento do organismo permitiu uma maior atenção a frentes de trabalho definidas como prioritárias.

O Secretariado respondeu às tarefas do seu âmbito, registando-se como positivo a evolução da sua ligação às organizações.

As comissões regionais para o trabalho financeiro, sindical e organização reuniram com a regularidade definida, respondendo às tarefas e assumindo um importante trabalho de articulação e acompanhamento destas importantes áreas, em articulação com a direcção regional, os concelhos e sectores.

Foi ainda dinamizado o funcionamento da comissão para as questões sociais, com uma participação diversificada que permitiu o aprofundamento do conhecimento e ligação do Partido a sectores sociais.

A Coordenadora regional de sectores e empresas estratégicas teve um funcionamento irregular, com reflexos na articulação deste trabalho e com recuo ao nível dos concelhos.

Com o reforço das posições institucionais no plano autárquico, evoluiu-se também na estrutura de apoio à DORP para esta frente. Têm-se promovido reuniões regionais (por vezes descentralizadas) trimestralmente. Com periodicidade quinzenal funciona o colectivo de apoio ao trabalho dos vereadores.

A Festa do Avante tem, no plano regional três colectivos: a direcção regional da Festa (que integra os camaradas responsáveis por questões específicas do trabalho da Festa), a comissão regional da Festa (que integra os responsáveis da Festa em cada organização concelhia e sectorial) e o colectivo da decoração. Com papel importante no acompanhamento e dinamização desta importante tarefa, estes organismos cumpriram o seu papel, apesar de se reconhecer um funcionamento insuficiente da direcção regional da Festa.

6.2 Organização

A Organização Regional do Porto do PCP conta com 6250 membros do Partido. A sua composição social reflecte claramente a natureza de classe do Partido, em que mais de 71% são operários ou empregados.

Apesar de uma pequena evolução, o peso relativo das mulheres continua insuficiente (28%).

Em termos etários, mantêm-se os traços já caracterizados na anterior AORP: 54% entre 41 e os 64 anos; 28% mais de 65 anos e 18% tem até 40 anos.

A estruturação intermédia do Partido é assente em 3 organizações sectoriais (Sector Intelectual, Organização da Função Pública e Sectores Profissionais e Grandes Empresas da ORP) e 18 organizações concelhias (correspondentes aos 18 concelhos). Os 8 concelhos do Vale do Sousa e Baixo Tâmega possuem um organismo de coordenação do trabalho.

Apenas 13% dos membros do Partido estão organizados nas células ou sectores profissionais.

No início do ano existiam na região 198 organismos, dos quais se destacam 33 organismos de empresa ou sector profissional, 18 comissões concelhias, 60 comissões de freguesia ou de local de residência.

No trabalho regional assume importante papel as comissões de âmbito regional, 42 no total (sendo que 21 são de âmbito sindical).

No total, são cerca de 1000 os camaradas que integram organismos, muitos deles com uma dedicação e militância diária, assumindo um papel de grande valor na resposta às tarefas correntes, mas também no trabalho de direcção política em várias organizações. Face às crescentes solicitações de resposta política e orgânica que enfrentamos neste período – marcado pela aplicação do Pacto de agressão e pelo agravamento da política de direita – só com a militância e dedicação de muitas horas diárias de diversos camaradas além do núcleo de funcionários do Partido, foi possível este nível de intervenção e resposta política.

Prosseguiu-se a responsabilização e o rejuvenescimento dos quadros com tarefas, desde o executivo da DORP até às comissões de freguesia e células de empresa. No essencial, os camaradas confirmaram-se e afirmaram-se como quadros do Partido, naturalmente em evolução e desenvolvimento.

Desde a última AORP foram recrutados 407 camaradas. Todos os concelhos e todos os sectores recrutaram neste período. Apesar do esforço de fazer corresponder a cada recrutamento a atribuição de uma tarefa e a integração num organismo, tal ainda não foi totalmente conseguido. Apesar disso, muitas dezenas de camaradas que hoje integram organismos na Organização Regional do Porto do PCP não eram ainda inscritos aquando da realização da última Assembleia, um retrato da importância do recrutamento para o reforço efectivo do Partido, da sua capacidade de direcção e organização.

A resolução da última Assembleia salientava a necessidade de um reforço de quadros para a sub-região do Vale Sousa e Baixo Tâmega – que integra os concelhos de Amarante, Baião, Felgueiras, Lousada, Marco de Canavezes, Paços de Ferreira, Paredes e Penafiel), que foi correspondida.

No período que nos separa da última AORP, realizaram-se Assembleias de Organização no Sector Intelectual, na Organização da Função Pública e nos Sectores Profissionais da ORP. Realizaram-se ainda Assembleias de Organização nos 10 concelhos do distrito que integram a Área Metropolitana, na Direcção Sub-Regional do Vale do Sousa e Baixo Tâmega e em alguns concelhos deste agrupamento.

É em organizações de base local que está integrada a maioria dos membros do Partido na ORP. Com diferenças de concelho para concelho, há avanços orgânicos ao nível do rejuvenescimento, da responsabilização de quadros e de intervenção política. Destaca-se o facto de em vários concelhos os processos de preparação das Assembleias de Organização Concelhias envolver Assembleias ao nível das freguesias.

Ao nível de estruturação de base do Partido não avançamos tanto quanto seria possível a partir do conjunto de colectivos que se criaram no âmbito da preparação das eleições autárquicas e regista-se mesmo uma tendência para agrupar organizações de base, que deve ser contrariada, sem prejuízo da criação das condições adequadas para a acção e intervenção autárquica.

Nas organizações de base de âmbito profissional, assinala-se ainda a realização de Assembleia de Organização da Segurança Social, do Sector Ferroviário, da célula das Autoestradas, da Organização dos Bancários e da Célula da Câmara Municipal do Porto.

A organização do Partido nas empresas e locais de trabalho é marcada pela consolidação e pequenos avanços, aquém do desejado e do possível. No plano regional, o Sector de Empresas da ORP continua a agrupar o conjunto de sectores e de empresas identificados como prioritários no plano regional. Aqui, destaca-se a estruturação do sector ferroviário e, apesar do longo caminho ainda a percorrer, a consolidação e desenvolvimento do trabalho nas células da STCP, Autoestradas e sector do comércio. Alterações de quadros, por interesse do Partido, realizadas em 2013 não permitiram ainda consolidar avanços realizados na organização do Partido junto dos trabalhadores das telecomunicações. Por via do recrutamento reuniram-se condições para a estruturação do Partido no Aeroporto do Porto, tendo sido criada organização no segundo semestre de 2014. A intervenção e organização do Partido no Sector do Mobiliário sofreu um recuo.

O concelho do Porto continua a ter a responsabilidade do sector financeiro (banca e seguros), dos enfermeiros e da Portaria e Vigilância. Foi possível corresponder à importância destes sectores a adequada disponibilização de quadros, procedendo a alterações de responsabilidade no sentido do rejuvenescimento, sem afectar o trabalho desenvolvido.

Ao nível da Organização da Função Pública, têm sido concretizados passos na estruturação e organização de base, com destaque para a criação da organização da Segurança Social e para a regularidade de funcionamento que tem sido assegurada com as organizações dos Hospitais e das Escolas. Todos estes casos espelham avanços relativamente à última Assembleia.

O Sector Intelectual da ORP (SIntel) fez nos últimos anos um audacioso processo de renovação e rejuvenescimento de quadros com responsabilidades de direcção, que lhe permitiu a criação de novas organizações de base (arquitectos, psicólogos, artes do espectáculo, património cultural, professores aposentados...) e a reactivação de outros (médicos, ensino superior...)

O Sintel tem tido um papel central no desenvolvimento do trabalho unitário junto de muitos democratas, ganhando o seu apoio para o Partido e as suas posições (em momentos eleitorais e outros), reforçando o nosso prestígio e alargando a frente social de rejeição desta política e exigência de uma alternativa patriótica e de esquerda.

Num período tão exigente no plano da resposta política, as tarefas de informação e propaganda tiveram relevo na divulgação das nossas propostas e na mobilização para iniciativas. Os momentos principais da vida política regional e nacional tiveram resposta e intervenção da DORP com comunicados e conferências de imprensa, mas também com marchas, comícios, concentrações, tribunas públicas ou distribuições. Privilegiou-se a ida para a rua, o contacto com os trabalhadores e as populações.

No plano regional manteve um funcionamento regular (com várias actualizações semanais) a página na internet da Organização Regional do Porto e, em períodos eleitorais, tem funcionado uma página de facebook da CDU-Distrito do Porto. Regista-se, no entanto, uma proliferação de páginas, blogs e perfis de organizações locais do Partido que raramente têm o acompanhamento e enquadramento político, além de frequentemente ficarem desactualizadas.

A Imprensa do Partido, cuja leitura e estudo é cada vez mais necessária, não teve evolução nas vendas regulares. Pela via orgânica são vendidos semanalmente cerca de 429 Avante!, a que se juntam 104 assinantes, além dos que são vendidos na rede comercial (quiosques e outros).

O Militante! Tem uma distribuição orgânica de 103, a que se juntam 95 assinaturas.

O contacto com os membros do Partido revela que há potencialidades de alargamento das vendas. Há camaradas (e amigos) disponíveis para adquirir a imprensa do Partido, mas podemos ter insuficiências ou estrangulamentos que não permitem ir tão longe.

Através da experiência prática, nos organismos, na actividade política diária, nas mais variadas tarefas e iniciativas e, como não podia deixar de ser, nas lutas – sejam elas grandes ou pequenas – o Partido forma quadros que irão mais tarde desempenhar um papel fundamental na organização.

A formação política e ideológica prestada na forma de cursos, que complementa esta aprendizagem, é uma das tarefas fundamentais do Partido, pelo que o Secretariado da DORP, em articulação com as organizações e a Escola do Partido, promoveu nos últimos dois anos e meio um número significativo desses cursos.

A apreciação feita ao trabalho realizado nesta área leva a concluir que o número de camaradas que participaram em acções de formação política e ideológica, fica aquém das possibilidades e necessidades da organização.

Para este facto contribuiu a intensa actividade da organização do Partido no período em análise – fruto da grave situação social e política e do calendário eleitoral.

A realização de iniciativas exclusivamente para formação política e ideológica rivaliza em importância com as demais tarefas que consideramos prioritárias; a tendência é que a luta se torne cada vez mais exigente e complexa, confrontando o colectivo partidário com novos desafios a que este deve dar resposta, pelo que esta linha de trabalho deve ser reforçada.

6.3 Campanha contactos pela elevação da militância e entrega do novo cartão

A direcção do Partido decidiu o lançamento e desenvolvimento de uma “vasta acção de organização, estruturação partidária, elevação da militância, alargamento da assunção de responsabilidades e intensificação da intervenção, concretizando-a através de uma acção de contacto com os membros do Partido, entregando o novo cartão, actualizando os seus dados, criando melhores condições para uma maior, mais profunda e mais intensa acção política.”

No lançamento desta acção nacional, foram definidos cinco direcções principais de trabalho:

1. Aumentar a capacidade de direcção, elevar a militância, alargar a responsabilização de quadros.
2. Promover o recrutamento: aderir ao PCP, tomar partido contra a exploração, as injustiças sociais e o empobrecimento, por um Portugal com futuro, por uma sociedade mais justa.
3. Dar mais força à luta de massas e à intervenção política, estruturar a organização e melhorar o seu funcionamento.
4. Reforçar os meios de acção e intervenção do Partido, quanto à imprensa partidária, à informação e à propaganda.
5. Defender e reforçar a independência financeira do Partido.

No distrito, este trabalho ainda está a 50%, apesar de haver organizações (Função Pública, Sector Intelectual, Paços de Ferreira e Vila do Conde) que já cumpriram o essencial da tarefa. Destaca-se o contributo desta acção para o efectivo reforço do Partido, designadamente por via da manifestação de novas disponibilidades para tarefas, de centenas de camaradas que aumentaram o valor da sua quota e do aprofundamento do conhecimento da situação económica e social das freguesias e das empresas.

A concretização desta tarefa é indissociável do cumprimento dos objectivos gerais de reforço da organização e da capacidade de intervenção do Partido.

6.4 Património e meios financeiros

Na linha do que viria a ser decidido pelo 19º Congresso do Partido, a 10ª Assembleia da ORP considerava que não obstante os tempos difíceis que viviam os trabalhadores e o povo era preciso intensificar a luta para derrotar o Pacto de Agressão e colocar Portugal na rota do futuro. Para isso, considerava necessário redobrar esforços para aumentar a capacidade financeira do Partido para intervir mais e melhor na luta organizada.

Assim, a 10ª Assembleia da ORP definiu um conjunto de linhas de trabalho com o objectivo do aumento da receita e controlo da despesa.

Relativamente à quotização e ao número de camaradas a pagar quotas apontaram-se um conjunto de medidas consideradas essenciais para o êxito das mesmas e definiu também com um conjunto de orientações que visavam o aumento de receitas e a preservação do património do Partido.

Passados cerca de 30 meses sobre a 10ª Assembleia podemos constatar que estivemos aquém dos objectivos traçados, nomeadamente no campo das receitas. Tal situação não pode ser desligada da grave crise que o país atravessa com consequências profundas na vida dos trabalhadores, da luta intensa que tem vindo a ser travada e do esforço de meses na preparação das eleições autárquicas que levou a uma diminuição de atenção a esta frente de trabalho.

Em resultado disto, as receitas próprias tiveram uma quebra acentuada, menos 22%, que tem como causas fundamentais, além do exposto anteriormente, a ausência de Campanhas Especiais para centros de trabalho; a receita residual, neste período, das contribuições das mesas de voto, a diminuição das senhas de eleitos municipais em alguns concelhos, a quebra de quotização em 2013 e os resultados abaixo das expectativas nas Festas do Avante de 2012 e 2013.

A quotização sofreu uma quebra de 3,4% relativamente ao período anterior, com especial incidência em 2013, resultado de não termos conseguido levar por diante as orientações traçadas.

No entanto, coexistem situações diferenciadas entre organizações na ORP, verificando-se casos de evolução positiva das receitas, incluindo quotas e receitas extraordinárias, confirmando que continuam a existir potencialidades neste trabalho que não foram integralmente cumpridas.

Neste período o apoio central à DORP diminuiu 23,5%.

Nas despesas o esforço de contenção continuou. Gastamos menos 14%, o que, no fundamental, se deve aos seguintes factores:

- Menos 12,4% de gastos com encargos salariais em função das medidas de gestão tomadas.
- Gastamos menos 24,8% com centros de trabalho em resultado do final das amortizações, a resolução do CT de Gaia com a ida para um novo espaço com uma renda mais ajustada e a não realização de obras de manutenção nos centros de trabalho.
- Os transportes tiveram um aumento de 11% não estando incluídos os gastos eleitorais.
- Os gastos com actividade política foram menores relativamente ao período anterior, 28,3% que, no essencial se deveu à diminuição acentuada de fundos próprios das organizações nas eleições autárquicas de 2013.
- Igualmente neste período realizamos 3 convívios dos camaradas com tarefas de fundos e difusores da imprensa, num deles com a presença do Secretário-Geral do Partido.
- Realizaram-se 12 reuniões de responsáveis de fundos e, também, reuniões com o envolvimento dos responsáveis de organização e muitos outros camaradas ligados às tarefas de fundos.
- Continuamos a dar passos na prestação de contas mas persistem problemas que é urgente ultrapassar: necessidade de entrega das contas nos prazos estabelecidos e correcção de anomalias, nomeadamente a falta de documentos de suporte, quer na receita, quer na despesa.
- Prosseguir os esforços para resolver os problemas mais prementes nos centros de trabalho. Foi inaugurado o novo espaço na rua Barão de S. Cosme. A Comissão Concelhia de Gaia mudou para um novo espaço. A Comissão Concelhia da Maia passou a funcionar no Rés-do-chão em Pedrouços.
- Neste período, na linha de contenção de despesas mudamos de instalações em Ermesinde e deixamos os centros de trabalho da rua dos Caldeireiros e de Valongo.
- Excluindo situações pontuais, resultantes de intempéries, não conseguimos avançar com as obras de manutenção do CT da Boavista.

7. APRECIÇÃO AO CUMPRIMENTO DA RESOLUÇÃO DA ÚLTIMA AORP

Face à acção e intervenção do colectivo Partidário na região ao longo destes cerca de 30 meses, o papel dos militantes e organizações do Partido na resistência e luta contra esta política e na afirmação da alternativa, é inevitável a valorização do trabalho desenvolvido.

Mesmo reconhecendo a necessidade de se ir mais longe na responsabilização de quadros e no trabalho financeiro, no aprofundamento da ligação às massas e no alargamento do trabalho unitário, há uma apreciação global claramente positiva do trabalho desenvolvido e da resposta às linhas de trabalho definidas na anterior AORP.





IV – REFORÇAR O PARTIDO, PELOS TRABALHADORES, PELO POVO, PELA REGIÃO

1. A REGIÃO E A LUTA PELA ALTERNATIVA

A derrota deste rumo e a construção de uma alternativa, não só são cada vez mais necessárias como constituem um imperativo inadiável.

Alternativa baseada numa política patriótica e de esquerda que, podendo constituir um processo complexo e eventualmente prolongado, assuma uma corajosa ruptura com a política de domínio do grande capital e de abdicação dos interesses nacionais e de submissão aos interesses do imperialismo, capaz de abrir caminho ao desenvolvimento económico, ao progresso social e à afirmação soberana do interesse nacional.

Alternativa necessária e possível que tem como condições determinantes e dialecticamente interdependentes para a sua concretização: o reforço do PCP com a ampliação decisiva da sua influência social, política e eleitoral; o vigoroso desenvolvimento da luta de massas que conflua para a criação de uma vasta frente social; e a alteração da correlação de forças no plano político favorável a uma ruptura com a política de direita e à construção de uma política patriótica e de esquerda.

Alternativa que reclama a convergência e cooperação com as forças, sectores e personalidades democráticas que, séria e convictamente, estejam empenhados numa ruptura com a política de direita. Solução que exige, da parte das organizações do Partido e dos militantes comunistas, partindo do seu reforço como condição indispensável, uma atenção redobrada ao trabalho político unitário de ligação e envolvimento de todos os democratas que se identifiquem com este rumo e que assuma como objectivo trazer mais gente e novos sectores à luta por uma política patriótica e de esquerda e pela construção da alternativa.

Assim, a luta pela alternativa patriótica e de esquerda, também depende do contributo dos comunistas e democratas da região do Porto, de todos os que são atingidos por esta política de desastre nacional, dos jovens, das mulheres, dos reformados, dos micro-empresários e de todos os que nesta região sentem nas suas vidas as consequências da opção de classe de sucessivos governos que, num processo de ajuste de contas com a Revolução de Abril, procuram destruir o que de mais avançado, justo e progressista existe.

Contrariamente ao que dirigentes e eleitos dos partidos da política de direita procuram fazer crer, os problemas do distrito ou do norte não se resolvem de forma autónoma da resolução dos problemas do país. Não se resolvem tão pouco com a regionalização, ainda que ela seja indispensável ao desenvolvimento harmonioso do país. Os problemas do Porto e do Norte – ainda que mais graves e intensos por via de um mais longo processo de desindustrialização e destruição de conquistas – resolvem-se com a superação dos problemas do país, com a ruptura com a política de direita e com a assunção de uma política patriótica e de esquerda, que projecte os valores de Abril no futuro da região e do país.

Cabe aos militantes e às organizações do Partido na região assumir o papel histórico de vanguarda que compete ao PCP, tomando medidas concretas para o reforço da organização e a sua ligação às massas, denunciando a política de direita, os seus responsáveis, apontando alternativas e reforçando os movimentos e organizações de massas e, por essa via, contribuindo para a multiplicação e intensificação da corrente de luta pela ruptura com a política de direita e exigência de uma alternativa que assuma os valores de Abril como matriz de desenvolvimento.

2. UM PARTIDO DE LUTA COM PROPOSTAS

Definindo o PCP como força portadora de um claro projecto de ruptura e mudança, o XIX Congresso do PCP, destaca que ao mesmo tempo que reafirmamos a confiança na luta organizada dos trabalhadores, de todos os democratas e patriotas que aspiram a outro rumo e a uma nova política, nos afirmamos, pela acção e iniciativa políticas, como factor crucial para a construção de uma alternativa patriótica e de esquerda que contraponha ao declínio económico e retrocesso social a concretização de uma outra política. A concretização de uma alternativa política ao actual rumo de desastre para que o País tem sido conduzido nos últimos 38 anos, constitui um imperativo nacional e exigência patriótica. Uma alternativa que tem na política patriótica e de esquerda a base essencial de concretização, assente em seis direcções fundamentais:

- Renegociar a dívida, rompendo com o garrote que ela constitui ao desenvolvimento soberano de Portugal;
- Promover e valorizar a produção nacional e recuperar para o controlo público os sectores e empresas estratégicas, designadamente do sector financeiro;
- Valorizar os salários e rendimentos dos trabalhadores e do povo e assegurar o respeito pelos direitos;

- Defender os serviços públicos e as funções sociais do Estado, designadamente o direito à educação, à saúde e à protecção social;
- Adoptar uma política fiscal que desagrave a carga sobre os rendimentos dos trabalhadores e dos pequenos e médios empresários e tribute fortemente os rendimentos do grande capital, os lucros e a especulação financeira;
- Rejeitar a submissão às imposições do Euro e da União Europeia recuperando para o País a sua soberania económica, orçamental e monetária.

A definição das propostas políticas para a região inserem-se na política patriótica e de esquerda que o Partido propõe ao povo e ao país.

A partir da realidade regional, identificam-se como grandes linhas de proposta política para a região:

- Produção nacional, emprego, salários e desenvolvimento económico
- Investimento público, coesão territorial e desenvolvimento regional
- Serviços públicos, funções sociais do estado, justiça social e combate às desigualdades

Estas direcções principais da proposta e intervenção política, indissociáveis da ruptura com a política de direita, colocam como condição prévia a indispensável interrupção do caminho de afundamento do país e da região; a recuperação do aparelho produtivo, reabilitando sectores com potencial de crescimento, apoiando as PME's e os sectores tradicionais, assumindo medidas de prevenção face a situações de monoindústria; assumindo que empresas estratégicas à região e ao país (no sector energético, financeiro, transportes e comunicações) só poderão cumprir o seu papel se estiverem sob o controlo público, razão pela qual o processo de privatizações precisa ser interrompido e revertido, devolvendo ao povo e ao país e que lhe pertence por direito e por necessidade.

O desenvolvimento económico deve ter como objectivos a melhoria do nível e da qualidade de vida, o pleno emprego, uma elevada satisfação das necessidades da população, uma justa e equilibrada repartição da riqueza criada e a defesa do desenvolvimento regional no quadro de um país soberano e independente. Tais objectivos deverão assentar no desenvolvimento das forças produtivas, no aumento da produção, no reforço da articulação, complementaridade e coerência do aparelho produtivo, no desenvolvimento harmonioso, na consideração da vertente ambiental em toda a actividade económica e na ocupação do território, permitindo a superação dos atrasos e dos desequilíbrios económicos.

Na decorrência do projecto do PCP para o país, define-se a política de desenvolvimento económico da região assente numa economia moderna, com uma acrescida e sólida base científico-técnica e uma nova especialização produtiva, que integre:

- Produções e serviços de qualidade e de alto valor acrescentado nacional e com elevados níveis de tecnologia, de produtividade, de emprego, de salários e de formação profissional;
- Uma política económica que, a partir da realidade regional e das suas potencialidades, contribua para a superação dos principais défices estruturais – alimentar, energético, tecnológico e em bens de equipamento;
- O respeito pela preservação da natureza, dos ecossistemas, dos recursos e do património natural e garanta o mínimo impacto ambiental;
- O incentivo e apoio à participação activa, interessada e criadora dos trabalhadores e o controlo de gestão, e sejam garantidas as condições necessárias para que os micro, pequenos e médios empresários, os agricultores e os pescadores contribuam com maior eficácia para a produção social.

As consequências agravadas da “crise” e da aplicação do Pacto de Agressão na região reclamam medidas de compensação a exigir da administração central, designadamente por via do reforço do investimento público, capaz de superar as assimetrias entre o distrito e o país, mas também as assimetrias entre o interior e o litoral do distrito, reforçando a coesão territorial, esbatendo as desigualdades e alavancando o desenvolvimento económico, em que a regionalização do país é parte integrante. Importa ainda destacar que, pese embora o “sebastianismo” com que os partidos da política de direita apresentam os fundos comunitários para a região, não ignoramos que os mesmos podem ter um papel importante no estímulo ao investimento (público e privado) e na resolução de problemas concretos, razão pela qual entendemos que a região deve reclamar a gestão descentralizada dos fundos e utilizar a favor do progresso e das populações todos os meios, recursos e possibilidades ao seu dispor.

Na lógica de ruptura com a política de desastre, destacamos a importância da reversão do processo de encerramento dos serviços públicos e retirada de valências à região, impedindo a reconfiguração do Estado em confronto com a Constituição da República Portuguesa que o grande capital há muitos anos persegue, impedindo por essa via também o processo de desertificação e despovoamento que afecta zonas crescentes do país, implicando mesmo o distrito.

Face à dimensão dos problemas sociais, num distrito onde existem mais de 153 mil desempregados sem subsídio de desemprego, centenas de milhar de pessoas a viver abaixo do limiar da pobreza, e cortaram centenas de milhares de

prestações sociais (abono de família, subsidio de desemprego, subsidio social de desemprego, rendimento social de inserção...) o “Plano de Emergência Social para o distrito do Porto” apresentado este ano pelo Grupo Parlamentar do PCP na Assembleia da República mantém total actualidade, designadamente ao defender o recenseamento urgente das situações de pobreza extrema e a intervenção com vista à sua superação e inclusão social das famílias; o levantamento das famílias que vivem sem água e sem luz, criando medidas de apoio à superação deste problema; o levantamento do número de pedidos de prestações e apoios sociais que foram indeferidos no distrito do Porto e análise das suas razões; criação de mecanismos no plano distrital que viabilizem a definição de objectivos específicos tendentes a promover a elevação dos salários e o aumento do poder de compra para que seja possível alcançar uma equiparação aos valores médios nacionais; o reforço da rede pública de cuidados primários de saúde nas zonas e bairros mais carenciados do distrito do Porto; a criação de um programa integrado para a avaliação e superação das necessidades de habitação social no distrito; o combate firme à precariedade laboral e a implementação um Plano de Criação de Emprego com direitos no distrito do Porto.

3. DESENVOLVIMENTO DA LUTA DOS TRABALHADORES

Após o 25 de Abril e uma revolução popular que em cerca de 2 anos alterou profundamente a vida dos trabalhadores portugueses que conquistaram salários e direitos que alguns consideraram impossíveis de alcançar e que lhes devolveu dignidade, os trinta e oito anos de política de direita que se seguiram foram um caminho de recuos laborais e sociais, um assalto contínuo ao emprego com direitos, aos salários e às organizações de trabalhadores, os sindicatos e o conjunto do Movimento Sindical de classe corporizado na CGTP-IN.

Neste quadro, e apesar da resistência e luta dos trabalhadores portugueses, é preciso alargar e aprofundar a luta mais geral, nas empresas e na rua, visando, no imediato, a derrota do actual governo PSD/CDS e a convocação de eleições legislativas antecipadas, mas também a derrota política da direita e todos os seus protagonistas!

Só a ruptura total e completa com a política de direita assegurará aos trabalhadores, ao nosso povo e ao País o retornar de Abril, dos direitos sociais e laborais, o crescimento económico e o respectivo desenvolvimento, a mais justa distribuição da riqueza pelos portugueses, designadamente pelos trabalhadores, pelos reformados e pelas camadas sociais mais vulneráveis.

É num cenário político e social tão adverso ao mundo do trabalho que a luta reivindicativa ao nível das empresas e locais de trabalho bem como o reforço da organização, com mais sindicalizações e a eleição de delegados sindicais, dando corpo à acção sindical integrada, têm de ser encaradas como as prioridades das prioridades.

No quadro da luta pela ruptura com este rumo e da afirmação da política alternativa, aos comunistas que intervêm no movimento sindical, coloca-se a tarefa de lutar pelo aumento real dos salários, a começar pelo Salário Mínimo Nacional, de acordo com as propostas da CGTP-IN, mas também em defesa dos direitos laborais e do emprego com direitos, contra o desemprego e precariedade, e a redução do horário de trabalho para as 35 horas semanais, sem redução de salários, tem de ser estimulada, dinamizada e assumida por todo o movimento sindical unitário.

A legislação facilitadora da caducidade dos contratos colectivos de trabalho e o bloqueio patronal ao direito de negociação colectiva, direito que a Constituição consagra, tem de ser ultrapassada pelo luta dos trabalhadores na base, por forma a defender um direito de Abril e construí-la e reconstruí-la com a força e luta dos trabalhadores nas empresas e serviços.

A luta tem também de ser orientada para a defesa e promoção dos serviços públicos, e das funções sociais do Estado, designadamente na educação, saúde e segurança social, envolvendo obrigatoriamente os profissionais e os sindicatos respectivos, mas também todos os que beneficiam desses apoios sociais públicos que são todos os trabalhadores, o nosso povo e, por isso, responsabilizando todos os sindicatos e toda a estrutura sindical que dá corpo à CGTP-IN.

Os efeitos desta ofensiva violenta sobre os trabalhadores e que se reflecte no conjunto do movimento sindical obriga a medidas, há já muito decididas, que salvaguardem a independência e autonomia, também financeira, dos sindicatos, das federações, das Uniões e da própria CGTP-IN.

Só o aprofundamento da ligação aos trabalhadores e aos seus problemas, só uma maior proximidade às empresas e aos locais de trabalho, respondendo e resolvendo, aumentando a sindicalização e reforçando a capacidade de organização, mobilização e luta, podem garantir um movimento sindical forte, coeso, dinâmico, independente, autónomo e financeiramente sustentável.

Só com a insistência e implementação de medidas de reestruturação sindical mas também administrativa e financeira, articuladas na acção sindical integrada, partilhando espaços, construindo serviços comuns, criando casas sindicais com partilha de custos, é possível libertar recursos para a acção sindical e garantir que o movimento sindical unitário, a CGTP-IN, os Sindicatos, Federações e as Uniões continuam a depender apenas e exclusivamente das quotizações dos trabalhadores e com melhores condições para a sua intervenção.

Todas estas medidas, articuladas entre si, poderão mais facilmente garantir o futuro deste movimento sindical de classe, para o que, também se exige medidas urgentes que garantam o rejuvenescimento e a renovação com o esforço

de integração dos mais jovens trabalhadores nas estruturas sindicais, dando mais força, dinâmica e capacidade de intervenção à Interjovem enquanto estrutura de jovens da CGTP-IN que assume particular importância na ligação do Movimento Sindical Unitário de Classe à juventude trabalhadora, contribuindo também para o desenvolvimento da sua luta e reforço da sindicalização de jovens nos sindicatos da CGTP-IN.

Face à clarificação da aspiração do governo de instrumentalizar as Comissões de Trabalhadores, e de as usar como factor de divisão, a intervenção das Comissões de Trabalhadores em conjugação com o Movimento Sindical Unitário assume cada vez mais importância podendo contribuir para o reforço da organização, intervenção e da luta dos trabalhadores nas empresas e locais de trabalho. A acção e intervenção dos comunistas deve contribuir para a exigência do cumprimento do controlo de gestão e do exercício do seu papel e competências, para o reforço da unidade dos trabalhadores fortalecendo o esclarecimento, a unidade, a organização e luta dos trabalhadores. A eleição e posterior acompanhamento aos representantes dos Trabalhadores nas estruturas de Saúde e Segurança no Trabalho também não deve ser desvalorizada, procurando a intervenção atenta, defendendo medidas de prevenção nos acidentes de trabalho e doenças profissionais.

4. MOVIMENTOS ASSOCIATIVOS E SOCIAIS – LUTA DAS POPULAÇÕES

4.1 Movimento Associativo e popular

O agravamento da situação económica e social da população tem consequências na organização do movimento associativo e popular que apresenta uma maior fragilidade, embora continue a desempenhar um importante papel na vida associativa de centenas de milhares de pessoas, com mais de 600 associações no distrito, dando um contributo fundamental para o desenvolvimento cultural e desportivo da população, para o lazer, incluindo a ocupação saudável do tempo livre das crianças e jovens. Em muitos locais, é graças à intervenção destas associações que se mantêm uma significativa actividade cultural, desportiva e recreativa, apesar da falta de apoio no plano nacional e local, vivendo exclusivamente do enorme empenhamento dos seus associados e dirigentes associativos. Mas também por causa das dificuldades que enfrentam são sujeitas a pressões e chantagens que importa denunciar. Impõe-se conhecer melhor a actividade das pequenas e grandes associações e colectividades de cultura, desporto e recreio, a sua organização a nível concelhio e a participação dos comunistas, de forma a contribuir para o reforço do movimento associativo no distrito e para o seu reforço unitário também no plano nacional bem como combater as tentativas promoção da “subsidiodependência” e de condicionamento da intervenção do Movimento Associativo.

4.2 Outros movimentos sociais

O distrito do Porto tem hoje mais de 25% da sua população reformada, com três concelhos (Baião, Porto, Santo Tirso) a ultrapassar os 30% segundo dados de 2012. O natural envelhecimento da população fará crescer estes números, assim, torna-se necessário destacar quadros e organizar trabalho de forma ao seu envolvimento na luta contra o maior retrocesso nos seus direitos. A actual situação exige soluções e medidas que contribuam para uma alteração significativa do trabalho partidário nesta frente, numa perspectiva do reforço do movimento unitário e do desenvolvimento da luta.

A manifestação de reformados em defesa dos seus direitos, dinamizada pelo MURPI a 12 de Abril, mostrou capacidades de luta às quais precisamos de dar mais atenção.

Tem também de ser dada melhor atenção aos reformados e à sua organização sindical, acompanhado as comissões de reformados nos sindicatos e a Inter-Reformados bem como estimulando e acompanhando as Associações de Reformados no âmbito da Confederação Nacional de Reformados, Pensionistas e Idosos (MURPI).

A intervenção do movimento das mulheres no seu conjunto deve ser considerado no quadro da ofensiva em curso. O MDM (Movimento Democrático de Mulheres) tem um papel essencial e insubstituível na defesa dos direitos, no conhecimento e reflexão dos problemas e questões específicas das mulheres. A intervenção junto das mulheres trabalhadoras, a sua organização e mobilização para a luta dos seus direitos é um aspecto fundamental para a sua emancipação e consequentemente, para o aprofundamento da democracia.

4.3 Luta dos utentes e das populações

A manutenção e aprofundamento da atenção, ligação e dinamização da luta dos utentes e das populações é de essencial importância nos tempos que se seguem, uma vez que a presente situação política, económica e social geradora de injustiças e descontentamentos, tem o potencial de levar a uma maior disponibilidade das massas para a luta. Por esse motivo é necessário aplicar medidas nas organizações do Partido que visem reforçar o trabalho de ligações às populações e de dinamização de lutas de massas, bem como integrar e acompanhar camaradas em estruturas de massas.

Como prioridade trabalho destaca-se a necessidade de definir em todos os concelhos e sectores as frentes e áreas de trabalho prioritárias e o responsável pelo trabalho do partido em cada frente.

Paralelamente devem ser preparados planos de trabalho e definidas medidas concretas com vista à concretização das linhas de trabalho delineadas, tomando para tal as medidas de direcção e quadros correspondentes.

Sem prejuízo da análise da realidade em que intervém cada organização, os seus quadros e meios, define-se como prioridade a atenção do Partido à luta das populações contra o encerramento de serviços públicos e as privatizações de serviços e empresas públicas.

5. ALARGAMENTO DO TRABALHO UNITÁRIO

A ligação permanente, estreita e indissolúvel com as massas, mobilizando-as e ganhando o seu apoio para a luta em defesa dos seus justos anseios e reivindicações, é condição fundamental para que as organizações cumpram a sua missão e se desenvolvam. Num quadro político em que PS, PSD, com ou sem CDS se alternam no poder para executar a política de direita, desenvolve-se um largo espaço de descontentamento e oposição a essa política que pode unir não só os sectores sociais mais fragilizados, mas também os da pequena e média burguesia. O reforço do PCP, na sua influência social, política e eleitoral, o desenvolvimento da luta de massas e criação de uma ampla frente social e a alteração da correlação de forças favorável a uma rutura com a política de direita é o caminho para a construção de uma alternativa política. Este processo, complexo e eventualmente demorado, exige determinação e paciência para o esclarecimento, para combater a descrença e a desistência. Perante uma ofensiva que ataca o regime democrático em vários dos seus alicerces, a unidade dos trabalhadores, dos democratas e patriotas é um elemento fundamental para lhe pôr cobro. Daí a necessidade de desenvolvermos afincadamente o trabalho político unitário designadamente:

- Pelo estabelecimento de contactos para falar da situação política com amigos, apoiantes e candidatos independentes das listas da CDU;
- Pela realização de reuniões convocadas expressamente para ouvir a sua opinião (cf. reunião com o Secretário Geral, a seguir às eleições do PE);
- Na dinamização e apoio à realização de iniciativas unitárias, públicas, abertas ao debate de temas que preocupam e mobilizam para a possibilidade de um outro rumo na vida nacional – como foram as realizadas no Porto, em torno do APELO “Em defesa de um Portugal soberano e desenvolvido”;
- Em função de frentes de trabalho específicas como a defesa da memória da resistência anti-fascista e dos valores de Abril, contra o branqueamento do fascismo e tentativas de apagamento do papel do PCP, que tem sido protagonizada pela URAP.

6. TRABALHO INSTITUCIONAL

O reforço do trabalho institucional deve acompanhar o reforço da ligação dos eleitos às populações e instituições e a sua inserção no colectivo partidário. É necessário que as organizações locais do PCP acolham e apoiem os eleitos locais, insiram a sua actividade na vida e discussão colectiva das organizações partidárias, assegurando também uma maior convergência entre as lutas dos trabalhadores e das populações com a intervenção dos eleitos do PCP nas diversas instituições políticas, seja a nível local, seja nacional ou europeu. De igual modo, deve ser dada maior atenção à divulgação das intervenções institucionais dos eleitos do PCP nos vários órgãos institucionais e ser feita a prestação de contas da actividade e das posições defendidas ao longo do exercício do respectivo mandato.

No âmbito das competências da DORP e do seu papel de articulação e coordenação do trabalho e intervenção autárquica no plano regional, deve ser considerada a realização de um encontro regional no segundo semestre de 2015 que faça o balanço de mandato, que na altura estará a meio, e perspective o trabalho futuro.

7. PRÓXIMOS ACTOS ELEITORAIS

7.1 Eleições legislativas

As próximas eleições legislativas realizar-se-ão num quadro de profundo desgaste e erosão da base social de apoio dos partidos do governo, em que o PS procura escamotear as suas responsabilidades na política de direita e na situação do país, com o grande capital e a comunicação social ao seu serviço promovem soluções diversas baseadas no populismo e na salvaguarda da política de direita e com um crescente silenciamento do PCP e do seu projecto alternativo.

O Partido tudo tem feito para derrotar esta política e este governo, abrindo caminho à ruptura e alternativa patriótica e de esquerda. No distrito, os eleitos comunistas na Assembleia da República distinguem-se dos demais pelo trabalho, intervenção e proposta política. É legítimo que, no quadro de um esforço para o reforço das nossas posições, se considere como objectivo o aumento do número de votos e de mandatos no distrito, que contribua para uma evolução da correlação de forças favorável aos interesses dos trabalhadores e do povo.

7.2 Eleições Presidenciais

Nas eleições presidenciais a realizar no início de 2016, num quadro em que o actual Presidente cumpre o seu segundo e último mandato, tal como o primeiro vinculado activamente à política de direita, a DORP deve contribuir para que os comunistas da região assegurem com a sua intervenção própria a divulgação sobre o modo como o PCP vê e defende o exercício das funções presidenciais, contribuindo igualmente para assegurar na Presidência da República o efectivo respeito pelo juramento de cumprir e fazer cumprir a Constituição da República Portuguesa.

8. PARTIDO

8.1 Reforço da Organização

A realização dos objectivos definidos pelo Partido – a política patriótica e de esquerda e a criação de uma democracia avançada para Portugal – implica um processo complexo, dependente da correlação de forças entre o poder político e económico, e a luta dos trabalhadores e das massas populares, capaz de assegurar a ruptura com a política de direita e de criar condições para a transformação da sociedade portuguesa. O reforço da organização do PCP é imprescindível para que tal suceda.

Na reunião do Comité Central de 15 e 16 de Dezembro de 2013, foram definidas as linhas de trabalho prioritárias para o reforço da organização através da campanha “Mais organização, mais intervenção, maior influência – Um PCP mais forte”. Esta campanha configura uma vasta acção de estruturação partidária e elevação da militância que deve orientar o nosso trabalho de organização.

Com vista a criar condições para uma maior, mais profunda e mais intensa acção política do Partido no distrito, a AORP estabelece como objectivos:

1. Aumentar a capacidade de direcção, elevar a militância, alargar a responsabilização de quadros.
 - Promover o reforço da capacidade de direcção, fazendo o levantamento, responsabilização, acompanhamento, ajuda e formação de quadros; estimular a elevação da militância; dinamizar a realização de assembleias das organizações com prioridade para as organizações de base;
 - Estabelecer como objectivo a intensificação do trabalho de formação política e ideológica, devendo cada organização local ou sectorial, de acordo com as suas próprias dinâmicas de trabalho e em articulação com as prioridades estabelecidas pela direcção central do Partido e da DORP, procurar realizar pelo menos uma acção de formação ideológica por ano.
2. Promover o recrutamento.
 - A DORP estabeleceu como objectivo realizar 300 recrutamentos até Abril de 2015, no âmbito da campanha de adesão ao Partido “Os Valores de Abril no futuro de Portugal”. Até à data estão realizados apenas 113 recrutamentos, pelo que se deve intensificar o recrutamento de novos militantes, acompanhado da sua integração partidária. Esta tarefa requer maior empenho de todas as organizações, pelo que deve ser concretizada a orientação de elaborar listas de nomes a contactar com vista ao recrutamento – em particular de jovens, operários e mulheres – e posterior controlo de execução.
3. Dar mais força à luta de massas e à intervenção política, estruturar a organização e melhorar o seu funcionamento.
 - a) Dar prioridade ao reforço da organização e intervenção do Partido nas empresas e locais de trabalho. As orientações definidas pela X AORP com vista à criação, pelas organizações concelhias, de estrutura nas empresas prioritárias, sendo justas e mantendo-se válidas, ainda não surtiram os efeitos desejados. Devem ser por isso tomadas medidas urgentes, destacando os quadros necessários para concretizar esta tarefa crucial, quer seja para o reforço das células existentes, quer seja para a criação de novas, o que passa por:
 - Assumir o recrutamento nas empresas como tarefa prioritária;
 - Continuar a transferência das organizações locais para as empresas e locais de trabalho de membros do Partido com menos de 55 anos;
 - Acompanhar e integrar os militantes do Partido que estão desempregados ou que mudam de emprego;
 - Alargar o trabalho de propaganda junto das empresas.
 - b) Dinamizar as organizações locais e a sua estruturação, iniciativa própria e ligação às massas, tomando a iniciativa política, promovendo as lutas, reforçando os movimentos unitários e associativos das populações. Melhorar a estruturação existente das organizações locais.
 - c) Promover a organização dos militantes reformados e pensionistas e uma estruturação que contribua para a dinamização do movimento unitário dos reformados, pensionistas e idosos.

- d) Reforçar a acção e organização na área da cultura e junto dos intelectuais e quadros técnicos, nas suas diversas expressões.
 - e) Aprofundar o trabalho junto da juventude e o reforço da JCP.
 - f) Adoptar medidas de organização e quadros, junto dos micro, pequenos e médios empresários e junto dos pequenos e médios agricultores.
 - g) Estruturar o trabalho junto de outras camadas, sectores sociais e áreas de intervenção específicas, designadamente para o desenvolvimento do trabalho político unitário.
4. Reforçar os meios de acção e intervenção do Partido, quanto à imprensa partidária, à informação e à propaganda.
- No plano da imprensa do Partido, promover o “Avante!” incentivando a sua divulgação e leitura, com a acção regular de distribuição e venda, bem como “O Militante”;
 - Intensificar o trabalho de informação e propaganda de cada organização, tomando medidas com vista à garantia de uma rede de mupis permanente e actualizada em cada concelho, uma difusão eficaz do conjunto dos documentos regionais e centrais do Partido e uma maior produção de documentos e tomadas de posição das organizações em torno de problemas concretos do âmbito da sua intervenção.
5. Defender e reforçar a independência financeira do Partido.
- Reforçar os meios financeiros do Partido, em particular nos planos: das quotizações, com a melhoria da estrutura para a cobrança; das campanhas de fundos, com contribuições especiais de militantes, simpatizantes e outros amigos do Partido; das receitas oriundas dos eleitos e membros do Partido em cargos públicos, concretizando o princípio de não ser beneficiado ou prejudicado; das contribuições da participação nas mesas de voto.

8.2 Direcção e quadros

A DORP é o organismo que dirige o trabalho do Partido no distrito do Porto, no quadro das orientações do XIX Congresso, das resoluções do Comité Central e das orientações definidas pela 11ª AORP, devendo o seu mandato deve ter uma duração não superior ao período entre Congressos.

São suas responsabilidades a discussão sobre os principais problemas da região, a definição das propostas e linhas de intervenção para o combate à política de direita e a afirmação da alternativa, o estímulo ao reforço da luta e das organizações de massas e o reforço da organização do Partido no distrito.

A DORP, que tem a responsabilidade de aprovar o orçamento e o plano de trabalho, deve ter a preocupação de assegurar a participação e intervenção dos seus membros, estimular a acção e iniciativa das organizações e dos militantes.

A DORP a eleger deve ter uma composição próxima da actual, que assegure o rejuvenescimento e a participação de mulheres e a abrangência geográfica e sectorial – que garanta entre os seus membros a ligação às diversas organizações e sectores de actividade, quadros do movimento sindical e outros movimentos de massas – mantendo uma maioria de operários e empregados, reflectindo a natureza de classe do Partido. Caso as necessidades de trabalho o justifiquem, durante o mandato poderá proceder a cooptações até um limite de 10% da sua composição.

A coesão política e ideológica do Partido deverá ser objectivo da DORP, criando para tal os espaços de discussão política e formação ideológica em articulação com as dinâmicas de trabalho das organizações e da direcção central do Partido. O próprio organismo de direcção – a DORP – deve encontrar espaços de discussão próprios para o aprofundamento dos temas que considerar necessários, sempre que se justifique.

A DORP elegerá de entre os seus membros um Executivo – não superior a um terço dos seus membros – e um Secretariado – não superior a 15% dos seus membros. Deverá ainda criar as Comissões e Grupos de Trabalho necessárias ao apoio da sua actividade, considerando-se prioritária a criação de colectivos para as frentes e áreas de organização, fundos, coordenação da organização e intervenção nas empresas e locais de trabalho, trabalho sindical, festa do Avante, desenvolvimento regional, Saúde, Educação, trabalho autárquico, movimento associativo e colectividades, questões sociais.

Compete ao Executivo da DORP o acompanhamento diário da evolução da situação política, social e económica da região, do desenvolvimento da luta e do reforço da organização do Partido, bem como assegurar a resposta política diária da DORP, no quadro das orientações por si definidas e das decisões do Congresso e dos Organismos de direcção Central do Partido. O Executivo distribuirá por entre os seus membros ligação a todas as organizações concelhias e sectoriais, bem como às frentes de trabalho consideradas prioritárias.

O Secretariado da DORP tem competências de acompanhamento e formação de quadros, organização partidária, na área administrativa, financeira, de património, arquivo e representação da DORP. O Secretariado assume ainda como funções o acompanhamento às organizações concelhias e sectoriais no âmbito das suas competências.

Considerando a prioridade e o papel estratégico da organização do Partido nas empresas e locais de trabalho, devem continuar à responsabilidade do Sector de Empresas da ORP as empresas e sectores estratégicos no plano regional, garantindo uma articulação com o trabalho das concelhias a partir da Coordenadora Regional de Sectores e Empresas. A estruturação do Partido, a partir da base, deve privilegiar a organização por local de trabalho, com a preocupação de consolidar e reforçar as células e sectores existentes e criação de novos organismos, designadamente em empresas estratégicas ou com mais de 1000 trabalhadores. Deve igualmente ser mantido o objectivo de transferir os camaradas reformados organizados nas empresas ou sectores para as organizações de base local, salvaguardando casos pontuais devidamente justificados.

Com o objectivo de avaliar a situação da organização do Partido nas empresas e locais de trabalho, partilhar experiências, aferir necessidades e definir medidas que reforcem o Partido, aprofundem o trabalho orgânico e potenciem a sua intervenção, a Assembleia de Organização Regional define a necessidade de realização de um encontro regional de quadros no próximo ano.

A organização dos intelectuais e quadros técnicos e científicos deve ser feita prioritariamente no Sector Intelectual da ORP, principalmente nos casos em que se tratam de profissionais dos sub-sectores identificados como prioritários. Sem desresponsabilizar a DORP e o conjunto das organizações, o SIntel – pelas características do meio em que intervém e pelas reais condições de trabalho – deve reforçar a sua atenção e tomar medidas necessárias ao reforço do trabalho permanente de alargamento unitário.

A organização do trabalho do Partido no interior do distrito, deve manter o trabalho de coordenação e articulação a partir da Direcção Sub-Regional do Vale do Sousa e Baixo Tâmega.

8.3 O Partido e a Juventude

A complexa e exigente situação política e social, com as suas dificuldades e potencialidades, coloca como aspecto central do trabalho partidário o acompanhamento atento aos problemas da juventude, ao rejuvenescimento das organizações e à responsabilização de quadros jovens.

A JCP dá um contributo indispensável para o alargamento da influência do Partido junto da juventude, na atracção dos jovens para a luta pela ruptura com a política de direita e na formação de quadros. O relacionamento entre o PCP e a JCP desenvolve-se no quadro dos Estatutos do PCP e dos Princípios Orgânicos da JCP, tendo expressões diversificadas aos vários níveis, baseando-se no respeito pela autonomia, capacidade de decisão e acção próprias da JCP, numa perspectiva de articulação e cooperação no desenvolvimento do trabalho.

A DORP deve, na sua acção e análise política e social, ter presente a intervenção do movimento juvenil, sem prejuízo da actividade da JCP e do seu papel de dinamização da luta juvenil.

Num momento em que amplas camadas juvenis são atingidas nos seus interesses e direitos e quando, a par dos esforços para a sua neutralização, se evidencia o seu descontentamento e potencial de luta, é necessário libertar e desenvolver a capacidade, criatividade e intervenção da juventude, grande força social, na defesa dos seus interesses e aspirações e no processo de ruptura política indispensável a uma sociedade mais justa.

8.4 Campanha «Mais espaço, mais Festa. Futuro com Abril»

A Festa do Avante! vai contar no futuro com mais espaço: à Quinta da Atalaia junta-se agora o espaço da Quinta do Cabo. Ao actual e magnífico terreno da Festa, soma-se um espaço contíguo de sete hectares com um enquadramento paisagístico de grande qualidade, arvoredo, sombra e terreno aberto, que permitirá aumentar em um terço o espaço disponível para a Festa e alargar significativamente a sua ligação à Baía do Seixal. A Festa do Avante, grande festa do povo e da juventude, festa de Abril, bem como o terreno para a sua realização, a sua valorização e alargamento, são uma obra colectiva, fruto da dedicação e criatividade, da participação e da militância. Tal como aconteceu com a Quinta da Atalaia, foi lançada no passado mês de Outubro uma campanha de fundos para a aquisição da Quinta do Cabo que mobilizará todo o colectivo partidário na sua concretização e no seu êxito, correspondendo à Organização Regional do Porto do PCP um compromisso de 120 mil euros.

Confiantes no colectivo partidário, nos visitantes e amigos da Festa, nos democratas e patriotas, nos trabalhadores, na juventude, no povo português e convictos de que é possível resistir, enfrentar dificuldades e vencer obstáculos, de que é possível abrir o caminho do futuro, dos valores de Abril no futuro de Portugal, as organizações do Partido aos mais diversos níveis devem tomar as medidas de direcção e quadros adequadas ao cumprimento deste audacioso objectivo.

8.5 Festa do Avante

A Festa do Avante! afirma-se como a maior realização política e cultural que se realiza em Portugal. Deve continuar a merecer um grande envolvimento das organizações do Partido e da DORP, procurando reforçar a participação regional.

No período decorrido deste a última Assembleia, a participação da ORP na Festa, verificou um nível de envolvimento

militante positivo, estimando-se a participação, em cada ano, de cerca de 150 camaradas e amigos em tarefas de implantação e desimplantação, e de cerca 400 no funcionamento do Espaço Regional. Foi dada uma resposta competente às tarefas e necessidades técnicas e práticas que se colocaram. Registaram-se oscilações na venda de EP's e nos resultados financeiros.

As novas perspectivas abertas com a ampliação do terreno da Festa à Quinta do Cabo da Marinha, no quadro da ampla campanha de fundos em curso a este propósito, colocarão a DORP e as organizações, assim como todo o Partido, perante uma nova situação.

Independentemente da evolução da participação da Organização Regional do Porto que resultar do alargamento do espaço da Festa, há linhas de trabalho que importa desenvolver:

- Consideração da sua preparação como uma tarefa permanente, a levar a cabo ao longo de todo o ano;
- Dinamização e reforço dos diferentes colectivos, quer ao nível da DORP, quer das organizações;
- Reforço das medidas para alargar a mobilização, a venda antecipada de EP's e alargar o transporte organizado através das organizações locais e sectoriais;
- Adequar a dimensão e disposição do espaço regional, assim como a oferta gastronómica e artesanal;
- Necessidade de um maior rigor das despesas;
- Prosseguir com o alargamento e rejuvenescimento dos camaradas envolvidos;
- Valorizar os aspectos de culturais, exposição e momentos políticos no espaço regional.

8.6 Património e meios financeiros

Continuamos a viver tempos muito difíceis em que os trabalhadores, o povo e o país são as principais vítimas. A continuação da luta organizada dos trabalhadores e de outras camadas de população é fundamental para derrotar as políticas do Pacto de Agressão e criar as condições para colocar Portugal e os portugueses nos caminhos dos valores de Abril.

Continuar os esforços com redobrada energia e muita confiança é vital para aumentar a capacidade financeira do Partido de forma a intervir mais e melhor na luta.

Um Partido independente, como o PCP, não pode estar dependente de subvenções estatais. Precisamos por isso, de melhorar cada vez mais o nosso trabalho nesta área de forma a elevar as receitas do Partido.

É nesse sentido que, tendo como alcance o aumento das receitas e a continuação da contenção de despesas que se apontam as seguintes linhas de orientação:

- Dar grande prioridade ao aumento do número de camaradas a pagar quotas, fulcral para o aumento significativo de receita;
- Associar o contacto para a entrega do novo cartão do Partido para receber as quotas, discutir o valor das mesmas e procurar ganhar mais camaradas para a tarefa;
- Concretizar este objectivo, implica a adopção de medidas urgente, em todas as organizações, que passam pelo reforço das estruturas de fundos, vencer obstáculos, que persistem, para aumentar o número de camaradas a pagar quotas por desconto bancário e pagamento multibanco, organização de brigadas especiais que, de forma ágil, contactem os membros do Partido com quotas em atraso para as regularizar, definir objectivos a atingir em cada organização e controlo regular dos mesmos;
- Imprimir uma nova dinâmica de funcionamento às comissões de fundos das principais organizações;
- Prosseguir a luta, por vezes muito árdua, pela dignificação de quotas, pela sua actualização, tendo como referência mínima 1% do salário ou pensão;
- Realizar uma reunião anual com todos os camaradas ligados a tarefas de fundos com a participação dos responsáveis das organizações, procurando a troca de experiências que possa levar à melhoria do nosso trabalho;
- Prosseguir a discussão, sem equívocos, com os eleitos no sentido do cumprimento dos estatutos do Partido;
- Manter viva a discussão, em todas as organizações, sobre a participação nas mesas de voto e a entrega do valor das senhas ao Partido;
- Alargar a todas as organizações as iniciativas geradoras de fundos;
- Dar uma melhor atenção aos centros de trabalho, tornando-os espaços vivos em que os militantes e simpatizantes tenham alegria em frequentar;
- Centros de trabalho em que além da preparação da intervenção, sejam espaços de convívio, debate, formação, apresentação de livros, etc;

- Prosseguir o esforço para o investimento equilibrado de equipamento em articulação com o secretariado da DORP;
- Imprimir um controlo mais rigoroso à gestão dos bares e bancas;
- Prosseguir com a realização do convívio anual dos camaradas com tarefas de fundos e difusores da imprensa do Partido, reflectindo a necessidade de melhorar o seu conteúdo. A sua realização tem sido importante quer para o aumento de receitas numa primeira fase, quer para resistir à ofensiva brutal a que estamos sujeitos;
- Necessidade de prosseguir esforços para uma melhoria qualitativa da prestação de contas;
- Manter o esforço para que todas as organizações elaborem os seus orçamentos antes do início do ano a que correspondem;
- Relativamente ao Património do Partido é fundamental continuar a valorizá-lo. Para isso, é extremamente importante dotar os orçamentos concelhios e regional de verbas para a manutenção de centros de trabalho, em especial, os que são propriedade do Partido;
- Considerar em tempo oportuno a necessidade de algum investimento na frota automóvel;
- Inventariação anual de todo o património do Partido – pelo menos o mais significativo – e proceder à sua análise;
- Prosseguir o esforço, em articulação com a direcção do partido e as comissões concelhias, para a resolução de questões relativas a centros de trabalho e outro património do PCP.



NOTA FINAL

Este documento, que integra elementos de análise e orientação para a intervenção dos comunistas no distrito do Porto, assume-se também como um contributo para o cumprimento dos objectivos da luta do PCP correspondentes a interesses fundamentais da maioria esmagadora da população portuguesa.

A 11^a AORP, tendo presente que a luta com objectivos imediatos e a luta por uma democracia avançada são parte integrante da luta pelo Socialismo, destaca a imensa confiança nos trabalhadores, na juventude, nos homens e mulheres desta região para, com a sua luta, coragem, determinação e voto assumir o papel que lhes compete por direito, sendo parte activa da defesa dos seus interesses e aspirações.

Reforçar o Partido, unir e lutar – pelos valores de Abril no futuro de Portugal.

ANEXOS

BENEFICIÁRIOS COM PROCESSAMENTO DE RSI

| DEZEMBRO 2011 – 1º SEMESTRE DE 2012 |

UNIDADE GEOGRÁFICA	MAIO 2011	MAIO 2014	VARIAÇÃO – MAIO 2011 A JULHO 2014	POPULAÇÃO CENSOS 2011	RELAÇÃO RSI/POPULAÇÃO
Aveiro	12 451	10 975	-11,9%	714 218	1,5%
Beja	6 033	4 361	-27,7%	152 728	2,9%
Braga	17 372	8 026	-53,8%	848 165	0,9%
Bragança	2 233	1 660	-25,7%	136 252	1,2%
Castelo Branco	3 730	3 591	-3,7%	196 262	1,8%
Coimbra	9 466	7 132	-24,7%	429 987	1,7%
Évora	4 543	3 796	-16,4%	166 706	2,3%
Faro	11 813	6 992	-40,8%	451 005	1,6%
Guarda	4 198	3 246	-22,7%	160 925	2,0%
Leiria	6 446	5 141	-20,2%	470 895	1,1%
Lisboa	62 048	37 777	-39,1%	2 250 382	1,7%
Portalegre	5 080	3 201	-37,0%	118 448	2,7%
Porto	105 194	59 670	-43,3%	1 817 119	3,3%
Santarém	7 333	5 729	-21,9%	453 633	1,3%
Setúbal	22 267	18 018	-19,1%	851 232	2,1%
Viana do Castelo	3 604	2 589	-28,2%	244 836	1,1%
Vila Real	6 827	5 192	-23,9%	206 661	2,5%
Viseu	12 594	6 860	-45,5%	377 629	1,8%
R. A. Açores	17 120	18 330	7,1%	246 102	7,4%
R. A. Madeira	6 418	5 124	-20,2%	267 938	1,9%
TOTAL (PORTUGAL)	326 770	217 410	-33,5%	10 561 614	2,1%

Fonte: Segurança Social e Censos 2011

Actualizado na fonte em Outubro de 2014

INSOLVÊNCIAS DE EMPRESAS

2010			2011			2012			2013		
PAÍS	DISTRITO PORTO	%	PAÍS	DISTRITO PORTO	%	PAÍS	DISTRITO PORTO	%	PAÍS	DISTRITO PORTO	%
6 317	1 451	23,0%	6 858	1 597	23,3%	9 450	2 183	23,1%	10 213	2 355	23,1%

Fonte: Observatório RACIUS

INSOLVÊNCIAS DE EMPRESAS

UNIDADE GEOGRÁFICA	2010	2011	VARIAÇÃO RELATIVA	2012	VARIAÇÃO RELATIVA 2010-2012	2013	VARIAÇÃO RELATIVA 2010-2013
País	6 317	6 858	8,6%	9 450	49,6%	10 213	61,7%
Distrito do Porto	1 451	1 597	10,1%	2 183	50,4%	2 355	62,3%

Fonte: Observatório RACIUS

INSCRITOS NOS CENTROS DE EMPREGO

UNIDADE GEOGRÁFICA	MAIO 2011 ⁽¹⁾	ABRIL 2012 ⁽²⁾	OUTUBRO 2014 ⁽³⁾	OUTUBRO 2014/ MAIO 2011	OUTUBRO 2014/ ABRIL 2012
País	530 616	655 898	605 516	14,1%	-7,7
Norte	229 600	273 047	258 490	12,6%	-5,3
Distrito do Porto	125 039	147 967	145 892	16,7%	-1,4
Amarante	4 120	4 834	4 421	7,3%	-8,5%
Baião	1 846	1 963	2 086	13,0%	6,3%
Felgueiras	2 686	3 042	2 377	-11,5%	-21,9%
Gondomar	11 905	14 526	14 767	24,0%	1,7%
Lousada	2 645	3 308	3 227	22,0%	-2,4%
Maia	8 120	9 528	10 339	27,3%	8,5%
Marco de Canaveses	3 698	4 408	4 796	29,7%	8,8%
Matosinhos	8 599	11 477	12 204	41,9%	6,3%
Paços de Ferreira	3 511	4 415	4 662	32,8%	5,6%
Paredes	5 781	7 148	7 235	25,2%	1,2%
Penafiel	3 913	5 197	5 270	34,7%	1,4%
Porto	14 527	17 267	20 505	41,2%	18,8%
Póvoa de Varzim	3 757	4 499	3 735	-0,6%	-17,0%
Santo Tirso	6 459	6 741	5 624	-12,9%	-16,6%
Trofa	3 453	3 887	3 164	-8,4%	-18,6%
Valongo	7 511	8 792	8 168	8,7%	-7,1%
Vila do Conde	4 751	5 892	4 560	-4,0%	-22,6%
Vila Nova de Gaia	27 757	31 043	28 752	3,6%	-7,4%
Informação adicional global:					
Ocupados	25 632	55 777	162 181	532,7%	190,8%
Indisponíveis tempor.	15 539	17 019	22 351	43,8%	31,3%

INSCRITOS NOS CENTROS DE EMPREGO – JOVENS COM MENOS DE 25 ANOS

UNIDADE GEOGRÁFICA	MAIO 2011 ⁽¹⁾	ABRIL 2012 ⁽²⁾	OUTUBRO 2014 ⁽³⁾	OUTUBRO 2014/ MAIO 2011	OUTUBRO 2014/ ABRIL 2012
País	61 425	81 685	78 557	27,9%	-3,8%
Norte	26 000	33 697	35 156	35,2%	4,3%
Distrito do Porto	13 801	18 014	18 474	33,9%	2,6%
Amarante	482	623	645	33,8%	3,5%
Baião	296	288	327	10,5%	13,5%
Felgueiras	377	462	366	-2,9%	-20,8%
Gondomar	1 485	1 838	1 897	27,7%	3,2%
Lousada	312	447	502	60,9%	12,3%
Maia	801	1 024	1 098	37,1%	7,2%
Marco de Canaveses	485	574	831	71,3%	44,8%
Matosinhos	722	1 158	1 229	70,2%	6,1%
Paços de Ferreira	369	533	624	69,1%	17,1%
Paredes	699	955	990	41,6%	3,7%
Penafiel	595	833	820	37,8%	-1,6%
Porto	1 395	1 761	2 085	49,5%	18,4%
Póvoa de Varzim	447	636	573	28,2%	-9,9%
Santo Tirso	654	803	794	21,4%	-1,1%
Trofa	360	496	441	22,5%	-11,1%
Valongo	988	1 252	1 020	3,2%	-18,5%
Vila do Conde	506	827	595	17,6%	-28,1%
Vila Nova de Gaia	2 828	3 504	3 637	28,6%	3,8%
Informação adicional global:					
Ocupados	25 632	55 777	162 181	532,7%	190,8%
Indisponíveis tempor.	15 539	17 019	22 351	43,8%	31,3%

Notas:

(1) - Mês da assinatura do memorando de entendimento/pacto de agressão

(2) - Mês da anterior Assembleia da ORP

(3) - Últimos dados do IEFP

Fonte: IEFP

RESULTADOS ELEITORAIS - AUTÁRQUICAS 2013

| CÂMARA MUNICIPAL |

UNIDADE GEOGRÁFICA	2009 N° VOTOS				2014 N° VOTOS			
	CDU	PS	BE	PSD+PSD/CDS	CDU	PS	BE	PSD+PSD/CDS
Distrito do Porto	47 726	339 291	25 699	285 222	54 291	316 597	23 553	130 219
Amarante	729	16 411	758	16 420	679	12 319	575	12 824
Baião	197	9 375	0	4 102	191	8 573	0	2 709
Felgueiras	470	6 992	486	17 938	728	8 721	554	22 039
Gondomar	5 038	25 163	2 530	13 131	8 850	33 801	2 605	16 114
Lousada	826	16 425	0	10 712	751	13 862	0	12 512
Maia	2 792	16 380	2 941	39 149	4 413	14 598	3 412	28 629
Marco de Canaveses	585	4 279	0	14 250	922	5 758	0	11 532
Matosinhos	3 856	37 329	2 363	15 084	5 396	18 629	2 623	8 278
Paços de Ferreira	595	13 194	0	17 403	814	14 437	0	14 106
Paredes	1 732	13 823	777	34 531	2 983	19 073	816	20 867
Penafiel	1 414	14 001	627	30 248	1 396	18 105	616	22 235
Porto	12 904	45 682	6 552	62 507	8 539	26 237	4 166	24 366
Póvoa de Varzim	1 358	11 121	817	18 291	1 054	7 904	670	17 588
Santo Tirso	1 779	21 427	0	20 719	2 409	21 279	0	20 144
Trofa	560	10 991	0	11 690	809	9 292	470	10 092
Valongo	2 173	12 751	1 279	16 068	3 426	16 009	1 797	16 188
Vila do Conde	1 320	26 157	1 741	11 961	2 009	18 209	983	15 265
Vila Nova de Gaia	9 398	37 790	4 828	92 486	8 876	53 146	4 266	27 813
TOTAL MANDATOS DISTRITO DO PORTO	1	66	0	40	5	71	0	29

RESULTADOS ELEITORAIS - AUTÁRQUICAS 2013

| ASSEMBLEIA MUNICIPAL |

UNIDADE GEOGRÁFICA	2009 N° VOTOS				2014 N° VOTOS			
	CDU	PS	BE	PSD+PSD/CDS	CDU	PS	BE	PSD+PSD/CDS
Distrito do Porto	58 235	347 845	39 127	270 251	65 050	312 012	29 903	128 033
Amarante	824	16 051	1 188	16 257	857	12 762	715	12 209
Baião	316	8 791	0	4 517	284	8 106	0	2 583
Felgueiras	645	7 955	765	17 176	915	9 936	743	20 199
Gondomar	6 354	26 200	3 581	14 759	10 215	30 993	3 369	16 399
Lousada	1 047	16 000	0	10 882	920	14 057	0	12 044
Maia	3 200	18 649	3 863	35 188	4 658	15 640	3 584	24 664
Marco de Canaveses	1 065	5 134	0	13 558	1 190	6 302	0	11 093
Matosinhos	4 722	34 863	3 836	17 474	5 891	18 376	3 173	9 199
Paços de Ferreira	838	12 912	0	17 333	1 129	13 884	0	14 361
Paredes	2 350	14 573	1 029	32 824	3 428	17 736	1 133	21 244
Penafiel	2 111	14 926	1 062	28 067	1 718	17 515	827	22 225
Porto	14 506	44 422	9 893	58 168	11 436	27 413	5 760	23 495
Póvoa de Varzim	1 469	10 987	1 125	17 907	1 474	7 414	897	16 876
Santo Tirso	2 409	21 279	0	20 144	2 755	17 761	0	14 339
Trofa	926	10 302	0	11 930	1 191	8 895	725	10 224
Valongo	2 919	14 151	2 137	16 017	4 172	16 054	2 303	14 480
Vila do Conde	1 644	24 678	2 275	12 578	2 275	17 858	1 205	15 048
Vila Nova de Gaia	10 890	45 972	8 373	78 188	10 542	51 310	5 469	30 268
TOTAL MANDATOS DISTRITO DO PORTO	19	213	13	130	30	206	8	82

RESULTADOS ELEITORAIS - AUTÁRQUICAS 2013

| ASSEMBLEIA FREGUESIA |

UNIDADE GEOGRÁFICA	2009 N° VOTOS				2014 N° VOTOS			
	CDU	PS	BE	PSD+PSD/CDS	CDU	PS	BE	PSD+PSD/CDS
Distrito do Porto	57 836	371 659	28 894	262 673	67 421	318 893	23 085	133 371
Amarante	674	15 226	614	14 627	642	13 431	338	12 461
Baião	199	8 025	0	5 409	222	7 617	0	3 674
Felgueiras	948	12 176	314	15 781	1 050	11 848	423	18 458
Gondomar	8 592	37 987	4 070	28 079	11 599	29 345	3 047	16 362
Lousada	732	12 788	0	11 897	758	12 775	0	13 007
Maia	3 192	21 163	2 991	31 790	4 323	15 063	2 892	21 508
Marco de Canaveses	1 132	6 942	0	12 924	1 641	8 761	0	11 179
Matosinhos	4 674	35 703	3 403	18 734	5 853	19 198	3 098	9 458
Paços de Ferreira	916	12 173	0	17 958	1 052	13 467	0	15 066
Paredes	2 690	15 211	79	32 413	3 246	16 621	440	22 075
Penafiel	1 559	17 570	183	23 417	2 187	15 792	325	17 658
Porto	13 403	46 155	8 940	58 471	11 266	30 025	5 470	25 984
Póvoa de Varzim	1 277	10 155	545	17 190	1 563	6 914	0	14 625
Santo Tirso	1 893	21 316	0	17 973	2 346	18 514	0	12 192
Trofa	739	9 720	0	12 765	1 011	8 605	524	10 513
Valongo	2 918	14 935	1 686	12 758	3 506	15 698	1 428	12 942
Vila do Conde	1 546	23 915	1 134	12 352	2 179	17 094	386	13 596
Vila Nova de Gaia	10 752	50 499	4 935	69 159	12 977	58 125	4 714	41 862
TOTAL MANDATOS DISTRITO DO PORTO	77	1 512	25	862	102	1 084	15	458

RESULTADOS ELEITORAIS - PARLAMENTO EUROPEU 2014

UNIDADE GEOGRÁFICA	2009 N° VOTOS				2014 N° VOTOS			
	CDU	PS	BE	PSD+PSD/CDS	CDU	PS	BE	PSD+PSD/CDS
Portugal	379 787	946 818	382 667	1 430 167	416 151	1 032 252	149 580	909 442
Distrito do Porto	51 325	192 352	65 190	248 519	98 503	198 860	27 893	164 327
Amarante	804	6 172	1 358	8 068	662	7 326	411	5 232
Baião	260	2 586	310	2 558	191	3 319	85	1 243
Felgueiras	1 109	5 528	1 353	7 621	951	6 106	566	6 110
Gondomar	6 658	17 212	6 808	19 512	7 986	16 379	3 040	11 686
Lousada	847	4 715	910	5 618	766	5 085	375	4 095
Maia	3 402	13 674	5 674	17 489	4 406	13 761	2 726	12 075
Marco de Canaveses	814	4 306	976	7 385	762	5 044	426	4 562
Matosinhos	5 148	21 462	7 904	19 742	6 598	21 313	3 490	13 315
Paços de Ferreira	748	4 301	662	8 165	813	4 792	377	6 033
Paredes	1 661	7 341	1 899	14 370	1 856	8 286	844	9 795
Penafiel	1 556	7 870	1 593	11 127	1 540	8 704	709	7 427
Porto	9 979	27 366	12 213	42 605	11 529	27 593	5 121	27 477
Póvoa de Varzim	1 031	4 270	1 909	10 448	1 141	4 279	645	7 410
Santo Tirso	1 929	10 047	2 381	8 336	1 819	9 710	754	6 561
Trofa	757	3 683	981	6 248	749	3 609	389	4 024
Valongo	2 967	10 002	3 620	10 723	3 516	10 508	1 559	6 842
Vila do Conde	1 623	9 727	2 437	10 222	1 805	8 716	980	7 235
Vila Nova de Gaia	10 032	32 090	12 202	38 282	11 413	34 330	5 396	23 205
TOTAL MANDATOS PORTUGAL	2	7	3	10	3	8	1	7

